



## **HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS**

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### **OBSERVAÇÃO**

O Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, **ALERTA** a todos os licitantes que, por força do que fixa a legislação vigente e tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, está adotando como praxe a instauração dos processos administrativos sancionadores nos casos de prática de conduta vedada na lei e/ou no edital.

Solicitamos que as empresas elaborem e apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a execução do objeto na forma como foi prevista no edital e, dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preços são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, a solicitação para que as propostas sejam elaboradas de forma consciente e responsável, visando afastar quaisquer problemas futuros, tanto para o Hospital Municipal como para as empresas licitantes.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025/029 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025/000160

O HOSPITAL MUNICIPAL DR TABAJARA RAMOS, através da Comissão de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, inclusive os decretos municipais nº 27.089/2024 e 27.090/2024 (publicados no Diário Oficial de Mogi Guaçu, edição nº 502, em 25/01/2024), e disponíveis para consulta no site oficial da Câmara Municipal de Mogi Guaçu - [https://sistema.camaramogiguacu.sp.gov.br/consultas/legislacao/leis\\_ordinarias](https://sistema.camaramogiguacu.sp.gov.br/consultas/legislacao/leis_ordinarias)), e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de setembro de 2025 às 09h00min**

**SISTEMA: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LOCAL: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)**

**CADASTRO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min da data fixada para início da sessão pública**  
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses.

**FINALIDADE:** Aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA E LANCES:** MODO ABERTO, e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1,00%.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Ampla participação.

Orçamento será **SIGILOSO** conforme justificativa constante do **ANEXO C**.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão (licitações) da Bolsa Nacional de Compras**.

#### **1 – DO OBJETO**

**1.1-** Tem por objeto, o presente edital de Pregão Eletrônico, o **Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses.**

**1.2-** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no **Anexo I – Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3-** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando o menor dispêndio para o Hospital Municipal, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas deste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **2– DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1-** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados junto a Plataforma **Bolsa Nacionais de Compras**, no endereço [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

**2.2-** Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.3-** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**2.3.1-** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**2.3.2-** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.3.3-** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.3.4-** Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**2.3.5-** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**2.4-** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### **3– DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA BNC-BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.**

- 3.1- Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) “(fornecedores)”.
- 3.2- As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou E-mail, disponíveis no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).
- 3.3- A participação do licitante no pregão eletrônico se dará através de seu representante designado, o qual deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
- 3.4- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- 3.5- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC- Bolsa Nacional de Compras;
- 3.6- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.6.1- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, cabendo-lhe total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4– DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.**

- 4.1- Os licitantes deverão cadastrar sua proposta inicial, até a data e horários estabelecidos no preâmbulo para recebimento das propostas, exclusivamente por meio do sistema BNC-Bolsa Nacional de Compras.
- 4.1.1- Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição detalhada do item cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, número do registro em órgão competente (se for o caso), preço unitário e total do item, com no máximo 02 (duas) casas decimais a vírgula.
- 4.1.2- É vedada a identificação do licitante em sua proposta inicial, sob pena de desclassificação.**
- 4.2- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 4.2.2- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 4.2.3- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.4- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.5- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.
- 4.3- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos DO CREDENCIAMENTO estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.1- No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.4.2- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5- A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ao 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.
- 4.8- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Hospital Municipal ou de sua desconexão.
- 4.9- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

### **5– DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA**

- 5.1- As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

- 5.1.1-** O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BNC – Bolsa Nacional de Compras.
- 5.2-** O licitante deverá enviar a sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos de Valor unitário ou Valor Total, conforme critério de julgamento adotado, em moeda nacional, e, se solicitado, marca/fabricante.
- 5.3-** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4-** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.5-** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.6-** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior à quantidade prevista para contratação.
- 5.7-** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 5.8-** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.
- 5.8.1-** Os documentos não poderão ser excluídos ou alterados após o encerramento do prazo para recebimentos das propostas.
- 5.8.2-** O licitante, mais bem classificado, somente deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos neste edital posteriormente, na fase de habilitação, após convocação do Pregoeiro e dentro do prazo estabelecido neste edital.
- 5.9-** O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10-** Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.
- 5.11-** Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais.
- 5.11.1-** A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

### **6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1-** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- 6.2-** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 6.2.1-** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 6.2.2-** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, podendo ser desclassificada na fase de aceitação fundamentada e registrada no sistema.
- 6.3-** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente elas participarão da fase de lances.
- 6.4-** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 6.5-** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6-** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.7-** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8-** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.1-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9-** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).
- 6.10-** O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.
- 6.10.1-** No pregão eletrônico no MODO DE DISPUTA “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.2-** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.3-** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.4-** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.12-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**6.12.1-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.13-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### **7 - DOS CRITERIOS DE DESEMPATE, JULGAMENTO E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**7.1-** Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**7.1.1-** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.1.2-** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.1.3-** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.1.4-** Não se aplicará o desempate de que tratam os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.2-** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.2.1-** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.2.2-** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.2.3-** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.2.4-** Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.3-** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.3.1-** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.3.2-** Empresas brasileiras;

**7.3.3-** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.3.4-** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.4-** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.4.1-** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.4.2-** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo Hospital Municipal.

**7.4.3-** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.5-** Será desclassificada a proposta que:

**7.5.1-** Contiver vícios insanáveis;

**7.5.2-** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.5.3-** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.5.4-** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Hospital Municipal;

**7.5.5-** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.5.4-** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado.

**7.6-** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Hospital Municipal.

**7.6.1-** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.6.1.1-** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.6.1.2-** Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.6.2-** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.7-** Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subseqüente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

### **8- DA PROPOSTA READEQUADA E FICHA TÉCNICA E/OU OUTROS DOCUMENTOS NECESSARIOS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1-** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada dos documentos técnicos conforme elencados no **ANEXO A** e, se for o caso, de documentos complementares.

**8.1.1-** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**8.2-** A PROPOSTA, conforme modelo constante do **ANEXO B**, deverá conter os seguintes elementos:

**a)** Preços unitário e total, dos itens classificados, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**b)** Descrição completa do serviço e/ou produto ofertado, informando, quando aplicável: marca/fabricante, medidas, capacidade, acondicionamento, ABNT-NBR, número do registro em órgão competente e demais informações pertinentes.

**c)** O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (real), com até 02 (duas) casas decimais (0,00), com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**d)** Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no artigo 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

**e)** Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

**8.2.1-** O licitante deverá ofertar somente uma marca para o(s) item(ns), sob pena de desclassificação, também não será permitida a troca da marca inicialmente ofertada, quando for o caso.

**8.2.1.1-** Em caso de extinção e/ou suspensão da marca inicialmente ofertada, e somente nesta hipótese, o HOSPITAL aceitará a troca de marca mediante os mesmos procedimentos de análises iniciais e arquivamento de nova amostra, quando for o caso;

**8.3-** Durante este prazo, o licitante melhor classificado, e se necessário, deverá redefinir o último lance ofertado/vencedor, utilizando o botão próprio do sistema “redefinir valores”, sob pena de desclassificação.

**8.4-** A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

### **9- DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AMOSTRAS.**

**9.1-** As informações relativas à habilitação da empresa participante desta licitação, bem como da apresentação de amostras e documentos técnicos estão elencadas no Termo de Referência, **ANEXO A** deste Edital.

**9.2-** Para esta Licitação poderá ser solicitado a apresentação de amostras.

### **10- DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

**10.1-** Encerrada a etapa de julgamento, negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

**10.1.1 - O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, **sujeito a desclassificação**, caso não faça no tempo determinado.

**10.2-** Nesta fase, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro de Apenados do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/>)

**b)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**c)** Sistema Eletrônico de Certidões da Controladoria-Geral da União (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)

**10.3-** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

**10.4-** O prazo para a inserção dos documentos será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação caso não faça no tempo determinado.

**10.5-** Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, por meio eletrônico, via plataforma BNC Bolsa Nacional de Compras, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

**10.5.1-** Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, que não possa ser dirimida de forma digital/eletrônica, será exigida a apresentação dos originais não digitais.

**10.6-** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**10.7-** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Mogi Guaçu/SP, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**10.8-** Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

**10.9-** Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

**10.9.1-** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.9.2-** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.10-** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.11-** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**10.12-** Verificada a conformidade dos documentos apresentados, o licitante será declarado **VENCEDOR**.

### **11- DOS RECURSOS.**

**11.1-** A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133 de 2021.

**11.2-** Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro anunciará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor **RECURSO**, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

**11.2.1-** O prazo para manifestação da intenção de recurso será de, no mínimo, **10 minutos**, sob pena de preclusão.

**11.3-** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.3.1-** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, salvo aos recursos manifestamente contrários às normas contidas neste Edital.

**11.4-** A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**11.5-** Havendo interposição de recurso, a recorrente terá o **prazo de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.5.1-** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, sob pena de não conhecimento.

**11.5.2-** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.6-** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.7-** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.7.1-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.8-** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, para a prática dos atos descritos no artigo 71 e § da Lei 14.133/21.

### **12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**12.1-** Julgados os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

**12.1.1-** A homologação do certame será publicada, em resumo, no Diário Oficial Eletrônico do Município disponibilizada no site oficial do município: <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/1/LICITACOES>

**12.2-** Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, com obrigação de fornecimento/prestação do serviço, respeitando o prazo de validade de sua proposta, e observando as condições estabelecidas neste Edital.

**12.2.1-** Como condição para a sua contratação, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes do contrato.

### **13- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**13.1-** Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta constitui o **ANEXO D** deste Edital.

**13.2-** A Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de E-mail indicado pelo licitante na sua documentação, competindo à **DETENTORA DA ATA**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**:



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**a) No caso de assinatura eletrônica:** A devolutiva da Ata de Registro de Preços, contendo as assinaturas eletrônicas do representante legal e testemunha da empresa, produzidas sob a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001; ou

**b) No caso de assinatura convencional (física):** A impressão e assinatura do contrato pelo representante legal e testemunha da empresa, rubricado nas demais folhas, e a entrega da via original na Comissão de Licitações do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, sito à Avenida Padre Jaime, nº 1500 – CEP 13844-070 – Jardim Planalto Verde, no Município de Mogi Guaçu/SP.

**13.3-** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**13.3.1-** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**13.3.2-** A justificativa apresentada seja aceita pelo Hospital Municipal;

**13.4-** A Ata de Registro de Preços será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital.

**13.5-** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**13.6-** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**13.7-** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o HOSPITAL a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**13.8-** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado ao HOSPITAL convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**13.9-** Os preços contratados, com a indicação da licitante vencedora, serão divulgados no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

### **14- DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.**

**14.1-** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**14.1.1-** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**14.1.2-** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**14.2-** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**14.2.1-** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**14.2.2-** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**14.3-** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**14.3.1-** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**14.3.2-** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**14.4-** Na hipótese dos licitantes, que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, não concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, o HOSPITAL, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**14.4.1-** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**14.4.2-** adjudicar e firmar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **15- DAS PENALIDADES - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**15.1-** As penalidades, infrações e sanções administrativas relativas ao descumprimento das cláusulas do Contrato decorrente deste estão elencadas no Termo de Referência, **ANEXO A**, bem como na Minuta de Contrato, **ANEXO D**, deste Edital.

### **16- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**16.1-** Qualquer pessoa é parte legítima para **IMPUGNAR O EDITAL** ou **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS**, devendo protocolar o pedido no **prazo de até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

**16.1.1-** A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via **Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras**, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

**16.1.2-** A impugnação ao edital também poderá ser protocolada em dias úteis, das 08h00min às 16h00min, dirigidas ao Pregoeiro no Setor de Licitações - na Avenida Padre Jaime, nº 1.500, Jardim Planalto Verde, Mogi Guaçu/SP.

**16.2-** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**16.3-** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**16.4-** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**16.5-** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) e <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/1/LICITACOES>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

### **17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

**17.1-** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**17.2-** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o HOSPITAL não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.3-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**17.3.1-** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no HOSPITAL.

**17.4-** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.5-** O Manual de operações da Plataforma BNC – **Bolsa Nacional de Compras** encontra-se disponível aos interessados no Portal [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**17.5.1-** Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BNC – **Bolsa Nacional de Compras** podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BNC – **Bolsa Nacional de Compras**, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**17.6-** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**17.7-** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no sítio eletrônico da Autarquia: <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/1/LICITACOES/licitacoes.html>.

**17.8-** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação.

**17.9-** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**17.10-** Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

### **18- JUSTIFICATIVA PARA O CARATER SIGILOSO**

**18.1-** Os motivos que justificam o caráter sigiloso na divulgação dos preços de referência estão elencados no **ANEXO C** deste Edital.

### **19 – DOS ANEXOS**

**19.1-** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**19.1.1-** ANEXO A – Termo de referência e seus anexos;

ANEXO I – Declaração Unificada;

ANEXO II – Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

ANEXO III – Declarações Complementares;

**19.1.2-** ANEXO B – Modelos de proposta de preços;

**19.1.3-** ANEXO C – Justificativa do caráter sigiloso

**19.1.4-** ANEXO D - Minuta da Ata de Registro de Preços;

**19.1.5-** ANEXO E – Termo de Ciência e Notificação

**Mogi Guaçu, 02 de setembro de 2025.**

Luciano Firmino Vieira  
Superintendente



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### ANEXO A

#### ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1- DO OBJETO

1.1- Contratação de empresa para COMPRA DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS, caracterizado como bem comum e contínuo(s), decorrente(s) de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade do Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Zona Norte e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Santa Marta, nas especificações e quantitativos descritos abaixo:

ITEM	QUANTID ADE	UNID	CODIGO	MATERIAL
1	100	PCT	20.01.000058	Achocolatado em pó, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Embalagem contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega do produto.
2	1920	PCT	20.01.000034	Açúcar cristal de primeira qualidade, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 5kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.
3	150	FR	20.01.000037	Adoçante dietético liquido, composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, frasco de 100 ml cada; Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.
4	3780	UN	20.01.000265	Água de coco, embalagem tetra pack com 200ml - Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.
5	30	PCT	20.01.000038	Ameixa preta seca, sem caroço, obtida de frutas maduras, inteiras, sãs, limpas e desidratadas, macias, livre de fermentações, manchas ou defeito. Embalagens entre 250g a 500g. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.
6	200	UN	20.01.000105	Amido de milho, tipo maisena, em embalagens de 500g, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.
7	1500	PCT	20.01.000341	Arroz beneficiado, tipo: Parboilizado, subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1. Embalagem com 5,0 kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BIJU, NAMORADO, VILA NOVA, URBANO, RAROZ, BLUE VILLE, NUTRIPAR</b>
8	300	LTA	20.01.000347	Atum sólido em óleo comestível, Lata de 170g. A embalagem deverá conter externamente os dados de acordo com a legislação vigente quanto à rotulagem. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.
9	100	CX	20.01.000290	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Composição centesimal: 12g de proteínas, 8g de lipídios e 63g de carboidratos. Embalada em polietileno atóxico. Caixa contendo de 170g a 200g 200g. Reembalados em caixas de papelão resistentes. Embalagem declarando fabricante, endereço, lote, registro no órgão competente. Validade mínima 6 meses a contar da de entrega do produto.
10	700	UN	20.01.000043	Azeitona verde, em conserva inteira sem caroço, em conserva, preparada com os frutos curados na variedade verde, imersos em salmoura de concentração apropriada, em recipientes herméticos, coloração uniformes submetidos ao processo enológico adequado, atendendo as condições gerais do código sanitário de alimentos. Acondicionada em embalagem com 150g/ 200g devendo ser considerado como peso líquido



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

				do produto drenado. Produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo indicando claramente o peso líquido do produto drenado, o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricionais, número do registro no órgão competente e demais dados conforme legislação vigente, ré embalado de acordo com a praxe comercial. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir data de entrega.
11	150	CX	20.01.000346	Biscoito amanteigado em sachê contendo 2 unidades, sabores: leite com gotas de chocolate, chocolate, banana com canela, contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento: Caixa com 400 sachês. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.
12	90.000	UND	20.01.000248	Biscoito doce sem recheio, tipo Maria, milho, leite ou coco em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas composição básica, farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas e embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de fornecimento: Caixa 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>
13	90.000	UND	20.01.000247	Biscoito tipo cream cracker em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outras substâncias permitida, embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de Fornecimento: Caixa com 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>
14	6.000	PCT	20.01.000049	Café torrado e moído, tipo tradicional, com grãos selecionados, em pó, homogêneo, aroma e sabor característicos de café. Embalagem a alto vácuo em pacote de 500 gramas, com data de fabricação máxima de 2 meses anteriores à data de entrega. De primeira qualidade, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café ABIC. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: FORT, TRÊS CORAÇÕES, PRIMAVERA, CABLOCO, PACAEMBU, MELITA, PILÃO</b>
15	402	CX	20.01.000051	Caldo de galinha unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne e gordura de galinha, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta-do-reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realça dores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 06 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto
16	402	CX	20.01.000050	Caldo de carne unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta do reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten, embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 6 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.
17	30	PCT	20.01.000052	Canela em pó pacote com 50g 100% natural Embalagem plástica atóxica contendo impressas na embalagem todas as informações do produto fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.
18	240	FR	20.01.000055	Catchup tradicional, composto a base de polpa e suco de tomate, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, admitindo no mínimo 35% de resíduos secos, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

				conservação, acondicionado em embalagem com 380g/400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.
19	240	CX	20.01.000289	Chá de camomila, em saquinhos para infusão, composto de capítulos florais de camomila (Maticaria Chamomilla), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega
20	240	CX	20.01.000138	Chá de erva-doce, em saquinhos para infusão, composto de funcho nacional (Foeniculum vulgare), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 01 ano a partir da data de entrega.
21	240	CX	20.01.000304	Chá de capim cidreira, em saquinhos para infusão, sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega
22	1320	CX	20.01.000056	Chá erva mate tostado, constituído de folhas novas, de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostados e partido, pardacento, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas, em embalagem a granel, embalado em caixa papel cartão, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-41 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Embalagem: caixa com 250 gramas. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.
23	150	PCT	20.01.000060	Coco ralado desidratado integral - Pacote com 100g - Ingredientes :Polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. Conservador INS223. NÃO CONTÉM GLÚTEN COCO RALADO BRANCO, PURO E SEM ACUCAR, COM NO MINIMO 60% DE GORDURA, CHEIRO CARACTERISTICO, SEM SUJILIDADES, SEM PARASITAS E SEM LARVAS. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.
24	1026	CX	20.01.000025	Creme de leite UHT- Embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega produto.
25	300	LTA	20.01.000026	Ervilha verde em conservas simples, inteira, imersa em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionada em lata com 170g /200g, sendo considerado como peso líquido o produto drenado. Validade mínima 10 meses a contar da data de entrega do produto.
26	450	PCT	20.01.000068	Farinha de milho amarela extra fina, isenta de sujidades, parasitos e larvas, com aspecto, odor, e sabor próprios, acondicionado em pacote de 500 g, que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.
27	450	PCT	20.01.000070	Farinha de trigo branca especial, livre de sujidades, parasitas e larvas, produto obtido a partir de cereal limpo. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino branco cheiro e sabor próprio. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Embalagem de 1kg. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.
28	300	PCT	20.01.000274	Farofa pronta de mandioca, sabor tradicional ou suave, pct.com 500g. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega
29	2070	PCT	20.01.000073	Feijão cariquinho, tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem plástica de 1,0kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: KICALDO, BIJU, CREMOSO, CAIPIRA, CAMIL, KNORR, CABRERA, BROTO LEGAL, BLUE VILLE</b>



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

30	200	LTA	20.01.000075	Fermento em pó químico, Composição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, acondicionado em lata hermeticamente fechada de 100g, contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no ministério da saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega.
31	50	PCT	20.01.000078	Folha de louro pacote de 5grs à 10 grs. - 1ª qualidade. 100% puro embalado em saco plástico atóxico contendo impressas todas as informações do produto e fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega
32	700	PCT	20.01.000080	Fubá de Milho isento de matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais e odores estranhos, bolor e umidade, embalagem de polietileno, atóxico, transparente, resistente, contendo 01 kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.
33	385	CX	20.01.000084	Geleia de frutas, sem adição de açúcar, Blister entre 12g e 15g, sabores variados (goiaba, morango e uva), contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento: Caixa com 144 blister. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.
34	1000	UN	20.01.000318	Isotônico sabor limão - embalagem com 500ml - Validade mínima 06 meses
35	500	UN	20.01.000088	Leite condensado, composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em Embalagem de 395 g. Validade mínima 10 meses a contar da entrega.
36	480	LT	20.01.000342	Leite UTH integral Zero Lactose para dietas com restrição de lactose, rico em cálcio, fonte de ferro, zinco e vitaminas. Caixa de 1 lt. Deverá conter na embalagem zero de lactose. Embalagem Tetra Pak. Deverá constar o registro do Ministério da agricultura. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega
37	80	VDR	20.01.000089	Leite de coco, leite de coco natural, concentrado, açucarado, obtido do endosperma de coco procedente de frutos são e maduros, isento de sujidades, parasitas e larvas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em garrafa de vidro contendo 200ml. Validade mínima 10 meses a partir da data de entrega.
38	1000	PCT	20.01.000101	Macarrão Parafuso, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
39	4500	PCT	20.01.000102	Macarrão tipo ave-maria, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
40	2000	PCT	20.01.000339	Macarrão tipo conchinha, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
41	500	PCT	20.01.000103	Macarrão tipo espaguete, à base de farinha com ovos, pacote contendo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
42	500	PCT	20.01.000200	Macarrão tipo penne, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

				<b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
43	500	PCT	20.01.000190	Macarrão tipo Talharim, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>
44	800	UN	20.01.000104	Maionese, tipo tradicional -composto a base de ovos pasteurizados, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Embalagem com 500g. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: HELLMANN'S, QUERO, LIZA, SALADA, QUERO</b>
45	310	CX	20.01.000345	Margarina Sem Sal BLISTER 10G Ingredientes: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite desnatado reconstituído, vitamina A (15.000 UI/kg) e betacaroteno, estabilizantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, éster de poliglicerol de ácido ricinoléico e lecitina de soja, conservador benzoato de sódio, aroma idêntico ao natural de manteiga, acidulantes ácido láctico e ácido cítrico e corantes naturais urucum e cúrcuma. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Unidade de fornecimento: Caixa 192 Blisters. Validade 06 meses a partir da data de entrega.
46	200	BAL	20.01.000106	Margarina vegetal com sal, composto de 80% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, podendo conter vitamina e outras substâncias permitidas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, acondicionado em balde plástico com no mínimo 14, 5kg/15.0 kg. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.
47	492	POT	20.01.000107	Margarina vegetal sem sal - Embalagem 500g -Produto que se apresenta sob forma de emulsão plástica ou fluída contendo obrigatoriamente os ingredientes óleos e/ou gorduras comestíveis e água, devendo conter no mínimo 65% de lipídios. Sem sal. Para uso culinário, embaladas em pote limpo, resistente, atóxico, que garanta a integridade do produto até o consumo, contendo 500g de peso líquido. A embalagem deverá apresentar externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade e informações nutricionais. Suas condições devem estar de acordo com a NTA 50 do Decreto Estadual 12.486 de 20/10/78). Deve estar em consonância com os níveis toleráveis na matéria-prima empregada, estabelecidos pela legislação específica, no que tange a resíduos de pesticidas, contaminantes inorgânicos e microbiológico. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega do produto.
48	600	PCT	20.01.000110	Massa seca para lasanha, pré-cozida, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, água e demais substâncias permitidas, artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico, atóxico com 200 gramas. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS:PETYBON, DONA BENTA, ADRIA, RENATA</b>
49	40	UND	20.01.000343	Mel silvestre Produto natural elaborado por abelhas a partir do néctar de flores e/ou exsudatos sacarínicos de plantas Características gerais: O mel não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal, nem ser adicionado de corretivos de acidez. Poderá se apresentar parcialmente cristalizado e não poderá apresentar caramelização nem espuma superficial. Será permitido o aquecimento do mel até o máximo de 700C, desde que seja mantida a sua atividade enzimática. É proibida a adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservantes e de edulcorantes de qualquer natureza. Embalagem com 500g. Validade de 12 meses na data de entrega.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

50	80	PCT	20.01.000111	Milho para canjica, embalagem com 500g
51	810	LTA	20.01.000028	Milho verde em conserva simples, grãos inteiros, imerso em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionado em lata com 170 g/200g, sendo considerado como peso líquido o produto drenado. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega do produto.
52	150	PCT	20.01.000331	Mistura pronta para bolo, acondicionado em embalagem com no mínimo 400 gr. Ingredientes: Açúcar, Farinha de Trigo Rico em Ferro e Ácido Fólico, Amido, Gordura Vegetal, Amido Pré-Gelatinizado, Sal, Fermento Químico (Bicarbonato de Sódio e Fosfato Ácido de Alumínio e Sódio), Aromatizante, Estabilizante Polisorbato 80 e Espessante Goma Guar. Contém Glúten. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Sabores: Baunilha, Chocolate, Laranja, Limão e Formigueiro. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: DONA BENTA, RENATA, DR.OETKER</b>
53	150	FR	20.01.000112	Molho tipo Inglês, produto preparado à base de extrato de carne, acrescido de vinagre, água, açúcar, caramelo, sal, cravo, canela e ingredientes permitidos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, frasco com 900ml
54	300	FR	20.01.000114	Mostarda, frasco contendo no mínimo 200g, com identificação do produto e prazo de validade.
55	1620	UN	20.01.000307	Néctar de fruta- light sem adição de açúcar- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003.Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra paz longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto.
56	2700	UN	20.01.000301	Néctar de fruta- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003.Ingredientes mínimos: água, polpa de fruta, açúcar e demais ingredientes, desde que permitidos por legislação e que não descaracterize o produto. Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra pak longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto.
57	2000	FR	20.01.000029	Óleo de soja refinado, obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, isento de substâncias estranhas a sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas à 25°C, cor e odor característicos. Garrafas Pet de 900 ml. Validade mínima 6 meses na data da entrega do produto.
58	150	PCT	20.01.000337	Orégano desidratado. Embalagem com 10g. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.
59	3000	CX	20.01.000081	Pó para gelatina comum, caixinha com 35g cada, sabores devem ser variados entre este descritos - Abacaxi, Limão, Morango, Tangerina e Uva. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.
60	3000	CX	20.01.000082	Pó para gelatina diet, sem adição de açúcar, caixinha com 12g cada, sabores variados entre os descritos - Abacaxi, Limão, Morango e Uva. Validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega do produto
61	150	PCT	20.01.000336	Pó para preparo de curau. Embalagem com 1kg.Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.
62	200	PCT	20.01.000335	Pó para preparo de mousse, sabores: chocolate, chocolate branco, morango. Embalagem com 500g.Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.
63	1000	UN	20.01.000226	Polpa de tomate, a base de tomates selecionados, sem conservantes, sem glúten- Embalagem tetra pack com 520g. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega
64	1500	PCT	20.01.000252	Preparado sólido para refresco - em embalagens com mínimo 250g e máximo 1kg, a diluição não deverá ser inferior a 25lt. os sabores deverão ser divididos entre: abacaxi, caju, laranja, limão, tangerina e uva. Validade mínima de 1(um) ano a contar da data de entrega.
65	500	CX	20.01.000122	Pudim em pó diet, sem adição de açúcar, caixinha com 25g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

				nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem.
66	500	CX	20.01.000121	Pudim em pó, caixinha com 50g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega
67	100	CX	20.01.000126	Sal iodado, tipo sachê individual de 1g. Caixa contendo 2000 unidades, que deverá conter externamente todos os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. <b>OBS.</b> Cada sachê deve apresentar a identificação do produto como nome, peso e data de validade. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.
68	1500	KG	20.01.000125	Sal refinado iodado: embalagens de 1kg de polietileno transparente. Com granulação uniforme e com cristais brancos. No mínimo 58,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo não tóxico de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por kg. De acordo com o preconizado pelas regulamentações da Anvisa. Deve conter data de validade e fabricação na embalagem. Validade de 6 meses a partir da data de entrega do produto.
69	300	LTA	20.01.000237	Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.
70	500	CX	20.01.000302	Torrada integral, caixa fechada. Caixa com 100 sachês, cada sachê contendo 2 unidades de torrada. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.
71	300	PCT	20.01.000129	Trigo para Kibe - Descrição: Produto obtido a partir do cozimento, secagem e moagem do trigo em grãos. Embalagem primária - Saco em Polietileno atóxico, resistente, termossoldado, pct 500 g. Considerar-se-á imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração. Validade mínima 6 meses a contar da data da entrega.
72	250	FR	20.01.000131	Vinagre de Vinho Tinto - vinagre de vinho tinto, agrin escuro, fermentado acético de álcool e água potável, conservante INS 224, corante natural INS 150c, acidez 4,0%, acondicionado em embalagem pet com tampa inviolável, hermeticamente vedado com capacidade de 750 ml. Na embalagem deverá constar o nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e tabela de informação nutricional. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.

1.2- O objeto deverá ser transportado e entregue no local determinado neste Termo, obedecendo todas as condições e especificações.

1.3- As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 15h30min.

1.3.1- A CONTRATANTE poderá solicitar ainda, em caráter eventual, a entrega dos produtos, em dias e horários especiais, em razão de necessidades em algum evento extraordinário.

1.3.2- O prazo de validade do produto para consumo, deverá ser de acordo com o descritivo dos produtos, contados da data de cada entrega.

1.4- Todas as exigências para execução dos fornecimentos deverão ser observadas, tanto na fase de proposta como na fase contratual.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1- A Contratação e seus quantitativos fundamenta-se no artigo 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, Inciso I do artigo 31 do Decreto Municipal nº 27.089/2024 e nas demais normas legais e regulamentares, atinentes à matéria, e encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

## 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

3.1- O objeto da contratação compreende a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, utilizados no fornecimento de refeições do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos e o descritivo detalhado de cada item se encontram neste termo, de forma a facilitar a compreensão do que cada item exige.

3.2- A forma de execução da contratação será indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

3.3- A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### 4 – DA JUSTIFICATIVA

4.1- A contratação será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, e justifica-se pela necessidade da devida efetivação de aquisição para suprir a demanda específica, para atender as demandas do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos e Unidades de Pronto Atendimento por um período de 12 (doze) meses.

4.2- O quantitativo foi devidamente avaliado e definido mediante a demanda do consumo anual, levando em consideração o consumo e possíveis alterações em decorrência das atividades realizadas, considerando o orçamento disponível.

4.3- A aquisição a que se refere este Termo de Referência está contemplada no Plano Anual para o exercício de 2025, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos Decretos Municipais nº 27.089/2024 e 27.090/2024, ambos datados de 22/01/2024.

4.4- Os gêneros alimentícios não perecíveis constam no Pregão Eletrônico nº 5/2024 - Processo Licitatório nº 93/2024 que se encerra no dia 19/08/2025.

4.5- A alimentação hospitalar é um componente essencial para o tratamento e recuperação dos pacientes internados, uma vez que uma dieta balanceada e adequada às condições de saúde de cada paciente contribui diretamente para a eficácia dos tratamentos médicos.

### 5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1- O objeto deverá ser fornecido, obrigatoriamente, de acordo com as especificações e prazo de entrega constantes da proposta decorrente deste termo;

5.1.2- Em caso de desacordo o material será devolvido e trocado por material que se encaixe nas descrições exigidas;

5.3- Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

5.4- O prazo de garantia contratual dos fornecimentos, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços decorrente deste termo, será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5- Os requisitos necessários para a presente contratação serão através do fornecimento dos seguintes documentos:

5.6- Comprovação de aptidão para a realização do objeto da presente licitação, através de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, demonstrando que a empresa licitante realizou ou esteja realizando fornecimento semelhante ao objeto, atestando execução satisfatória dos fornecimentos ofertados, em qualquer quantidade e época.

### 6– EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1- O prazo de entrega do objeto, quando solicitado em Autorização de Fornecimento, emitido pelo Setor responsável pela CONTRATANTE, será de até 07 (sete) dias úteis de sua data de envio;

6.2- O objeto deverá ser entregue no Setor de Nutrição e Dietética do CONTRATANTE, situado na Avenida Padre Jaime, nº 1500, Jardim Planalto Verde, Mogi Guaçu – CEP 13844-070, no prazo mencionado acima, de Segunda a Sexta-Feira em dias úteis no horário das 07:30min. às 15:30min.

6.3- A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá observar os métodos, rotinas, procedimentos, frequência e periodicidade de execução;

6.3.1. Os itens objeto(s) deste Processo de Compras serão entregues(s) e recebido(s) provisoriamente, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas corridos de sua entrega

6.3.2.1. Em caso de não aceitação dos itens objeto(s) deste Processo de Compras fica a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS obrigada a retirá-lo(s) e a substituí-lo(s) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE, ou imediatamente; sob pena de incidência nas sanções capituladas na Ata de Registro de Preços.

6.4.1- Mediante comunicação expressa da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o CONTRATANTE aceitará a execução parcial da Autorização de Fornecimento, podendo o objeto ser entregue de forma fracionada caso ela não possua em seu estoque a quantidade total solicitada até o prazo limite para entrega.

6.4.2- Correrá por conta da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

### 7 – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA

7.1- Para o objeto do presente termo, não se aplica essa cláusula.

### 8 – DO FORNECIMENTO DO MATERIAL DE CONSUMO

8.1- O objeto deverá ser transportado e entregue no local determinado neste Termo, obedecendo todas as condições e especificações.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### 9 – DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

9.1- O prazo de entrega do objeto, quando solicitado em Autorização de Fornecimento, emitido pelo Setor responsável pela CONTRATANTE, será de até 07 (sete) dias úteis de sua data de envio;

9.2. Durante a validade do produto, se for constatada qualquer alteração na qualidade ou composição, o licitante compromete-se a trocá-lo, sem ônus para o HMTR, devendo especificar as condições de armazenamento a serem observadas

### 10 – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1- A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2- As comunicações entre o CONTRATANTE e a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3- O CONTRATANTE poderá convocar representante da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.4- A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

10.5- A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do “caput” do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Gestora e Fiscal do contrato, descritos abaixo, designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da mesma Lei:

#### 10.5.1 – GESTOR

Nome: Luciana Devito Caron Pacini

Cargo: Nutricionista Responsável Técnica

CPF/MF nº 275.525.028-35

E-mail: [snd@hmtrmogiguacu.com](mailto:snd@hmtrmogiguacu.com)

#### 10.5.2- FISCAL

Nome: Caio Clessios Mião

Cargo: Assessor Técnico

CPF/MF nº 424.922.222-73

E-mail: [almoxarifado@hmtrmogiguacu.com](mailto:almoxarifado@hmtrmogiguacu.com)

10.6- São responsabilidades do FISCAL, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

10.6.1- Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE;

10.6.2- Anotar em histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.6.3- Identificar qualquer inexecução ou irregularidade e emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

10.6.4- Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, atuando, tempestivamente, na solução do problema.

10.6.5- Verificar, ainda, a manutenção das condições de habilitação da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.7- São responsabilidades do GESTOR, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

10.7.1- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

10.7.2- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

10.7.3- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

10.7.4- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

10.7.5- Tomar providências para a formalização de possível processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

10.7.6- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

10.7.7- Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.8- A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

10.8.1- A indicação ou a manutenção do preposto da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS designar outro para o exercício da atividade.

### 11 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1- Durante a execução contratual, a fiscalização será responsável pelo monitoramento das entregas, onde deverão acompanhar a documentação fiscal para verificação de quantidades e valores;

11.2- Os preços referentes aos fornecimentos, objeto deste Termo de Referência, serão firmes e irrevogáveis durante o prazo de vigência do contrato decorrente deste termo;

11.2.1- Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos e contribuições pertinentes, decorrentes do contrato e de sua execução, constituindo-se na única contraprestação do CONTRATANTE pelos fornecimentos;

11.3- Qualquer irregularidade constatada no ato do recebimento ou conhecida posteriormente será motivo suficiente para suspensão do pagamento, até que seja sanada a irregularidade.

11.4- O pessoal que a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá vínculo de qualquer natureza com o CONTRATANTE e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.4.1- Na eventual hipótese de vir o CONTRATANTE a ser demandada judicialmente, a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS a ressarcirá de qualquer despesa que em decorrência vier a pagar, inclusive àquelas oriundas de deslocamentos efetuados.

#### 11.5- Do recebimento

11.5.1- O objeto será recebido no endereço mencionado na CLÁUSULA SEXTA do presente Termo de Referência, mediante aceite e conferência da Nota Fiscal ou fatura, pelo fiscal, e envio dela para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

11.5.2- Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5.3- Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.5.4- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 11.6- Do Faturamento

11.6.1- A empresa vencedora deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome do CONTRATANTE, e deverá corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

11.6.1. - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a empresa vencedora a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

11.6.1.2- A empresa vencedora é responsável pela correção dos dados apresentados, bem como por erros ou omissões.

11.6.1.3- Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a empresa vencedora efetuar cobranças por “serviços extras”, não previstos no contrato decorrente deste Termo de Referência e/ou alterar a composição de seus preços unitários;

11.6.2- O pedido de pagamento deverá ser acompanhado da Nota fiscal, fatura ou Nota Fiscal eletrônica ou documento equivalente e dos documentos a seguir elencados, em seus originais e dentro do prazo de validade, cópias e/ou emitidos através da Internet, para verificação pelo CONTRATANTE do cumprimento dos deveres trabalhistas pela empresa vencedora:

11.6.2.1- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange à Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.6.2.2- Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa vencedora;

11.6.2.3- Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa vencedora;

11.6.2.4- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF, e;

11.6.2.5- Certidão de regularidade atestando a inexistência de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.6.3- Também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

11.6.4- As comprovações dos documentos acima relacionados poderão ser feitas através das guias de recolhimento do mês anterior que antecede o pagamento.

11.6.5- Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da empresa vencedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.6.6- Nenhum pagamento isentará a empresa vencedora do cumprimento de suas responsabilidades contratuais nem implicará a aceitação dos serviços.

11.6.7- Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

11.6.8- No caso de pendência de liquidação de obrigações pela empresa vencedora, em virtude de penalidades impostas, o CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.6.9- A devolução da documentação fiscal pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o serviço.

### **11.7- Das condições de pagamento**

**11.7.1-** Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados, em moeda corrente nacional, até **30 d.d.l. (trinta dias da data líquida)**, a contar da data do atesto da Fatura/Nota Fiscal, que será emitida conforme solicitação, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

**11.7.1.1-** Em hipótese alguma será aceito pagamento através de Boleto Bancário;

**11.7.2-** Os pagamentos, dentro dos prazos previstos, somente serão efetuados após a liberação do documento fiscal de cada entrega, mediante conferência dos produtos, aprovação e visto do Fiscal envolvido no contrato decorrente deste Termo de Referência.

**11.7.3-** Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

**11.7.4-** No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

## **12- SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITARIO, e para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.1.1. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade

12.1.2. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

12.1.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.1.3.1. A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

12.1.3.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.1.3.3. Os atestados de capacitação técnica, quando exigidos, poderão ser emitidos tanto em nome da matriz como da filial.

12.1.4- Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

12.1.5- O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

12.1.6- O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

12.1.7- A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente termo de referência, implicará na inabilitação da licitante.

12.1.8 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.1.9 - Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista (subitem 17.1.3), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

12.1.10. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 155 da Lei Nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.1.10.1- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

12.1.11- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Termo de Referência e seus Anexos.

12.1.12. O prazo para a inserção dos documentos será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação caso não faça no tempo determinado.

### 13 – ESTIMATIVA DO PREÇO

13.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
1	100	PCT	Achocolatado em pó, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Embalagem contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
2	1920	PCT	Açúcar cristal de primeira qualidade, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 5kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.		
3	150	FR	Adoçante dietético líquido, composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, frasco de 100 ml cada; Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
4	3780	UN	Água de coco, embalagem tetra pack com 200ml - Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
5	30	PCT	Ameixa preta seca, sem caroço, obtida de frutas maduras, inteiras, sãs, limpas e desidratadas, macias, livre de fermentações, manchas ou defeito. Embalagens entre 250g a 500g.Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.		
6	200	UN	Amido de milho, tipo maisena, em embalagens de 500g, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.		
7	1500	PCT	Arroz beneficiado, tipo: Parboilizado, subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1. Embalagem com 5,0 kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BIJU, NAMORADO, VILA NOVA, URBANO, RAROZ, BLUE VILLE, NUTRIPAR</b>		
8	300	LTA	Atum sólido em óleo comestível, Lata de 170g. A embalagem deverá conter externamente os dados de acordo com a legislação vigente quanto à rotulagem. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
9	100	CX	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Composição centesimal: 12g de proteínas, 8g de lipídios e 63g de carboidratos. Embalada em polietileno atóxico. Caixa contendo de 170g a 200g. Reembalados em caixas de papelão resistentes. Embalagem declarando fabricante, endereço, lote, registro no órgão competente. Validade mínima 6 meses a contar da de entrega do produto.		
10	700	UN	Azeitona verde, em conserva inteira sem caroço, em conserva, preparada com os frutos curados na variedade verde, imersos em salmoura de concentração apropriada, em recipientes herméticos, coloração uniformes submetidos ao processo		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			enológico adequado, atendendo as condições gerais do código sanitário de alimentos. Acondicionada em embalagem com 150g/200g devendo ser considerado como peso líquido do produto drenado. Produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo indicando claramente o peso líquido do produto drenado, o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricionais, número do registro no órgão competente e demais dados conforme legislação vigente, ré embalado de acordo com a praxe comercial. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir data de entrega.		
11	150	CX	Biscoito amanteigado em sachê contendo 2 unidades, sabores: leite com gotas de chocolate, chocolate, banana com canela, contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento: Caixa com 400 sachês. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
12	90.00 0	UND	Biscoito doce sem recheio, tipo Maria, maizena, leite ou coco em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas composição básica, farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas e embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de fornecimento: Caixa 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>		
13	90.00 0	UND	Biscoito tipo cream cracker em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outras substâncias permitida, embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de Fornecimento: Caixa com 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>		
14	6.000	PCT	Café torrado e moído, tipo tradicional, com grãos selecionados, em pó, homogêneo, aroma e sabor característicos de café. Embalagem a alto vácuo em pacote de 500 gramas, com data de fabricação máxima de 2 meses anteriores à data de entrega. De primeira qualidade, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café ABIC. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: FORT, TRÊS CORAÇÕES, PRIMAVERA, CABLOCO, PACAEMBU, MELITA, PILÃO</b>		
15	402	CX	Caldo de galinha unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne e gordura de galinha, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta-do-reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realça dores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 06 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto		
16	402	CX	Caldo de carne unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta do reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten, embalagem contendo		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 6 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
17	30	PCT	Canela em pó pacote com 50g 100% natural Embalagem plástica atóxico contendo impressas na embalagem todas as informações do produto fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		
18	240	FR	Catchup tradicional, composto a base de polpa e suco de tomate, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, admitindo no mínimo 35% de resíduos secos, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação, acondicionado em embalagem com 380g/400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.		
19	240	CX	Chá de camomila, em saquinhos para infusão, composto de capítulos florais de camomila (Maticaria Chamomilla), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega		
20	240	CX	Chá de erva-doce, em saquinhos para infusão, composto de funcho nacional (Foeniculum vulgare), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 01 ano a partir da data de entrega.		
21	240	CX	Chá de capim cidreira, em saquinhos para infusão, sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega		
22	1320	CX	Chá erva mate tostado, constituído de folhas novas, de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostados e partido, pardacento, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas, em embalagem a granel, embalado em caixa papel cartão, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-41 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Embalagem: caixa com 250 gramas. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.		
23	150	PCT	Coco ralado desidratado integral - Pacote com 100g - Ingredientes :Polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. Conservador INS223. NÃO CONTÉM GLÚTEN COCO RALADO BRANCO, PURO E SEM ACUCAR, COM NO MINIMO 60% DE GORDURA, CHEIRO CARACTERISTICO, SEM SUJILIDADES, SEM PARASITAS E SEM LARVAS. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
24	1026	CX	Crema de leite UHT- Embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega produto.		
25	300	LTA	Ervilha verde em conservas simples, inteira, imersa em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionada em lata com 170g /200g, sendo considerado como peso liquido o produto drenado. Validade mínima 10 meses a contar da data de entrega do produto.		
26	450	PCT	Farinha de milho amarela extra fina, isenta de sujidades, parasitos e larvas, com aspecto, odor, e sabor próprios, acondicionado em pacote de 500 g, que deverá conter externamente os dados de		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.		
27	450	PCT	Farinha de trigo branca especial, livre de sujidades, parasitas e larvas, produto obtido a partir de cereal limpo. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino branco cheiro e sabor próprio. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Embalagem de 1kg. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
28	300	PCT	Farofa pronta de mandioca, sabor tradicional ou suave, pct.com 500g. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega		
29	2070	PCT	Feijão cariquinho, tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem plástica de 1,0kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: KICALDO, BIJU, CREMOSO, CAIPIRA, CAMIL, KNORR, CABRERA, BROTO LEGAL, BLUE VILLE</b>		
30	200	LTA	Fermento em pó químico, Composição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, acondicionado em lata hermeticamente fechada de 100g, contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no ministério da saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega.		
31	50	PCT	Folha de louro pacote de 5grs à 10 grs. - 1ª qualidade. 100% puro embalado em saco plástico atóxico contendo impressas todas as informações do produto e fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega		
32	700	PCT	Fubá de Milho isento de matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais e odores estranhos, bolor e umidade, embalagem de polietileno, atóxico, transparente, resistente, contendo 01 kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
33	385	CX	Geleia de frutas, sem adição de açúcar, Blister entre 12g e 15g, sabores variados (goiaba, morango e uva), contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento :Caixa com 144 blister. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
34	1000	UN	Isotônico sabor limão - embalagem com 500ml - Validade mínima 06 meses		
35	500	UN	Leite condensado, composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em Embalagem de 395 g. Validade mínima 10 meses a contar da entrega.		
36	480	LT	Leite UTH integral Zero Lactose para dietas com restrição de lactose, rico em cálcio, fonte de ferro, zinco e vitaminas. Caixa de 1 lt. Deverá conter na embalagem zero de lactose. Embalagem Tetra Pak. Deverá constar o registro do Ministério da agricultura. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega		
37	80	VDR	Leite de coco, leite de coco natural, concentrado, açucarado, obtido do endosperma de coco procedente de frutos são e maduros, isento de sujidades, parasitas e larvas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em garrafa de vidro contendo 200ml. Validade mínima 10 meses a partir da data de entrega.		
38	1000	PCT	Macarrão Parafuso, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			<b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
39	4500	PCT	Macarrão tipo ave-maria, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
40	2000	PCT	Macarrão tipo conchinha, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
41	500	PCT	Macarrão tipo espaguete, à base de farinha com ovos, pacote contendo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
42	500	PCT	Macarrão tipo penne, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
43	500	PCT	Macarrão tipo Talharim, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: RENATA, GALO, AMALIA, ADRIA, PETYBON, BASILAR</b>		
44	800	UN	Maionese, tipo tradicional -composto a base de ovos pasteurizados, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Embalagem com 500g. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: HELLMANN'S, QUERO, LIZA, SALADA, QUERO</b>		
45	310	CX	Margarina Sem Sal BLISTER 10G Ingredientes: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite desnatado reconstituído, vitamina A (15.000 UI/kg) e betacaroteno, estabilizantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, éster de poliglicerol de ácido ricinoléico e lecitina de soja, conservador benzoato de sódio, aroma idêntico ao natural de manteiga, acidulantes ácido láctico e ácido cítrico e corantes naturais urucum e cúrcuma. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Unidade de fornecimento: Caixa 192 Blisters. Validade 06 meses a partir da data de entrega.		
46	200	BAL	Margarina vegetal com sal, composto de 80% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, podendo conter vitamina e outras substâncias permitidas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, acondicionado em balde plástico com no mínimo 14, 5kg/15.0kg. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.		
47	492	POT	Margarina vegetal sem sal - Embalagem 500g -Produto que se apresenta sob forma de emulsão plástica ou fluída contendo obrigatoriamente os ingredientes óleos e/ou gorduras comestíveis e água, devendo conter no mínimo 65% de lipídios. Sem sal. Para uso culinário, embaladas em pote limpo, resistente, atóxico, que garanta a integridade do produto até o consumo, contendo 500g de peso líquido. A embalagem deverá apresentar		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade e informações nutricionais. Suas condições devem estar de acordo com a NTA 50 do Decreto Estadual 12.486 de 20/10/78). Deve estar em consonância com os níveis toleráveis na matéria-prima empregada, estabelecidos pela legislação específica, no que tange a resíduos de pesticidas, contaminantes inorgânicos e microbiológico. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega do produto.		
48	600	PCT	Massa seca para lasanha, pré-cozida, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, água e demais substâncias permitidas, artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico, atóxico com 200 gramas. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: PETYBON, DONA BENTA, ADRIA, RENATA</b>		
49	40	UND	Mel silvestre Produto natural elaborado por abelhas a partir do néctar de flores e/ou exsudatos sacarínicos de plantas Características gerais: O mel não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal, nem ser adicionado de corretivos de acidez. Poderá se apresentar parcialmente cristalizado e não poderá apresentar caramelização nem espuma superficial. Será permitido o aquecimento do mel até o máximo de 70°C, desde que seja mantida a sua atividade enzimática. É proibida a adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservantes e de edulcorantes de qualquer natureza. Embalagem com 500g. Validade de 12 meses na data de entrega.		
50	80	PCT	Milho para canjica, embalagem com 500g		
51	810	LTA	Milho verde em conserva simples, grãos inteiros, imerso em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionado em lata com 170 g/200g, sendo considerado como peso líquido o produto drenado. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega do produto.		
52	150	PCT	Mistura pronta para bolo, acondicionado em embalagem com no mínimo 400 gr. Ingredientes: Açúcar, Farinha de Trigo Rico em Ferro e Ácido Fólico, Amido, Gordura Vegetal, Amido Pré-Gelatinizado, Sal, Fermento Químico (Bicarbonato de Sódio e Fosfato Ácido de Alumínio e Sódio), Aromatizante, Estabilizante Polisorbato 80 e Espessante Goma Guar. Contém Glúten. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Sabores: Baunilha, Chocolate, Laranja, Limão e Formigueiro. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: DONA BENTA, RENATA, DR.OETKER</b>		
53	150	FR	Molho tipo Inglês, produto preparado à base de extrato de carne, acrescido de vinagre, água, açúcar, caramelo, sal, cravo, canela e ingredientes permitidos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, frasco com 900ml		
54	300	FR	Mostarda, frasco contendo no mínimo 200g, com identificação do produto e prazo de validade.		
55	1620	UN	Néctar de fruta- light sem adição de açúcar- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003. Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra paz longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto		
56	2700	UN	Néctar de fruta- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003. Ingredientes mínimos: água, polpa de fruta, açúcar e		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			demais ingredientes, desde que permitidos por legislação e que não descaracterize o produto. Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra pak longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto		
57	2000	FR	Óleo de soja refinado, obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, isento de substâncias estranhas a sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas à 25°C, cor e odor característicos. Garrafas Pet de 900 ml. Validade mínima 6 meses na data da entrega do produto.		
58	150	PCT	Orégano desidratado. Embalagem com 10g. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto		
59	3000	CX	Pó para gelatina comum, caixinha com 35g cada, sabores devem ser variados entre este descritos - Abacaxi, Limão, Morango, Tangerina e Uva. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
60	3000	CX	Pó para gelatina diet, sem adição de açúcar, caixinha com 12g cada, sabores variados entre os descritos - Abacaxi, Limão, Morango e Uva. Validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega do produto		
61	150	PCT	Pó para preparo de curau. Embalagem com 1kg. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
62	200	PCT	Pó para preparo de mousse, sabores: chocolate, chocolate branco, morango. Embalagem com 500g. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
63	1000	UN	Polpa de tomate, a base de tomates selecionados, sem conservantes, sem glúten- Embalagem tetra pack com 520g. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega		
64	1500	PCT	Preparado sólido para refresco - em embalagens com mínimo 250g e máximo 1kg, a diluição não deverá ser inferior a 25lt. os sabores deverão ser divididos entre: abacaxi, caju, laranja, limão, tangerina e uva. Validade mínima de 1(um) ano a contar da data de entrega.		
65	500	CX	Pudim em pó diet, sem adição de açúcar, caixinha com 25g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem.		
66	500	CX	Pudim em pó, caixinha com 50g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega		
67	100	CX	Sal iodado, tipo sache individual de 1g. Caixa contendo 2000 unidades, que deverá conter externamente todos os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. OBS. Cada sache deve apresentar a identificação do produto como nome, peso e data de validade. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.		
68	1500	KG	Sal refinado iodado: embalagens de 1kg de polietileno transparente. Com granulação uniforme e com cristais brancos. No mínimo 58,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo não tóxico de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por kg. De acordo com o preconizado pelas regulamentações da Anvisa. Deve conter data de validade e fabricação na embalagem. Validade de 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
69	300	LTA	Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		
70	500	CX	Torrada integral, caixa fechada. Caixa com 100 saches, cada sache contendo 2 unidades de torrada. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
71	300	PCT	Trigo para Kibe - Descrição: Produto obtido a partir do cozimento, secagem e moagem do trigo em grãos. Embalagem primária - Saco em Polietileno atóxico, resistente, termossoldado, pct 500 g. Considerar-se-á imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração. Validade mínima 6 meses a contar da data da entrega.		
72	250	FR	Vinagre de Vinho Tinto - vinagre de vinho tinto, agrin escuro, fermentado acético de álcool e água potável, conservante INS 224, corante natural INS 150c, acidez 4,0%, acondicionado em embalagem pet com tampa inviolável, hermeticamente vedado com capacidade de 750 ml. Na embalagem deverá constar o nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e tabela de informação nutricional. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.		

13.2- O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

### 14 – DOS PRAZOS

14.1 - O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente deste Termo de Referência vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), quando serão reconhecidos seus efeitos, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 107 da mesma lei.

14.1.1- A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

14.2- Os preços não serão reajustados em períodos inferiores a 12 (doze) meses contínuos na contraprestação dos fornecimentos.

14.3- Farão parte da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente deste Termo de Referência, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do presente Termo, seus anexos e as propostas apresentadas pelas proponentes;

### 15 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

15.1- Para cobrir as despesas oriundas da contratação decorrente deste Termo de Referência será onerada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa para o exercício de 2025, no que couber, ficando o restante para o exercício de 2026:

20 - 030110.10302210032.348 -3.3.90.30.00 - Material de Consumo

### 16 – DAS AMOSTRAS

16.1- As empresas licitantes, que estiverem temporariamente classificadas em primeiro lugar, poderão ser obrigadas a apresentar amostra na embalagem solicitada, de cada item, devidamente identificadas com o número da licitação decorrente deste Termo de Referência e o nome de sua empresa, ficando dispensadas da apresentação de amostras quando ofertarem as marcas pré-aprovadas para cada item, relacionadas no item 16.6 deste Termo. Para o item nº 14, caso seja necessário amostra a quantidade solicitada é de 06 pacotes de 500g

16.1.2- As amostras serão solicitadas quando o produto oferecido não for conhecido, ou seja, não tiver sido testado e aprovado pelo Setor de Nutrição e Dietética do CONTRATANTE e, também, no caso de dúvida sobre a embalagem;

16.1.3- As amostras, quando solicitadas, poderão ser entregues no endereço do CONTRATANTE, situado na Avenida Padre Jaime, nº 1500 - Jardim Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no Setor de Nutrição e Dietética, aos cuidados da nutricionista responsável Luciana Devito Caron Pacini, no prazo limite de até 03 (três) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

16.1.4.1- O Setor de Nutrição e Dietética do CONTRATANTE terá um prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis para análise das amostras.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

16.1.5- É facultada a prorrogação dos prazos estabelecidos, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo inicial.

16.1.5.1- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso no envio, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

16.2- Quando da efetivação das Autorizações de Fornecimento, se o material entregue estiver em desacordo com as amostras enviadas, ele será rejeitado, devendo a empresa substituí-lo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas; podendo ainda sofrer as sanções estipuladas em contrato.

16.3- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

16.3.1- Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

16.4- Não será permitida a troca da marca inicialmente ofertada;

16.4.1- Em caso de extinção e/ou suspensão da marca inicialmente ofertada, e somente nesta hipótese, o CONTRATANTE aceitará a troca de marca mediante os mesmos procedimentos de análises iniciais para cada amostra.

### 16.5- PARÂMETROS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS:

16.5.1- Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

16.5.1.1- Análise da descrição do material, para verificação da conformidade com as especificações de cada item, descritos neste Termo de Referência:

16.5.1.2- Verificações de rendimento, sujidades e palatabilidade;

16.5.2.3- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem em sistema eletrônico.

### 16.6- RELAÇÃO DAS MARCAS PRÉ-APROVADAS:

16.6.1- Para o objeto do presente Termo de Referência, nos moldes do Inciso I do artigo 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, segue relação das marcas pré-aprovadas pelo Setor de Nutrição e Dietética, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) do CONTRATANTE:

16.6.1.1 Para o item 07: Biju, Namorado, Vila Nova, Ubano, Raroz, Blue Ville, Nutripar

16.6.1.2- Para os itens 12 e 13: Bauduco, Le Petit, Renata, SP;

16.6.1.3- Para o item 14: FORT, Três Corações, Primavera, Caboclo, Pacaembu, Melita, Pilão;

16.6.1.4- Para o item 29: Kicaldo, Biju, Cremoso, Caipira, Camil, Knorr, Cabrera, Broto Legal, Blue Ville;

16.6.1.5- Para os itens 38,39, 40, 41, 42 e 43: Renata, Galo, Amália, Adria, Petybon, Basilar;

16.7.1.6- Para o item 44: Hellmann's, Quero, Liza, Salada

16.8.1.7- Para o item 48: Petybon, Dona Benta, Adria, Renata

16.9.1.8- Para o item 52: Dona Benta, Renata, Dr. Oetker

16.10.1- As empresas licitantes, temporariamente classificadas em primeiro lugar, que estiverem cotando as marcas pré-aprovadas, relacionadas no presente Termo de Referência, ficam, automaticamente, dispensadas da apresentação de amostras para os respectivos itens

### 17 – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1- A empresa vencedora deverá fornecer os seguintes documentos para fins de habilitação e qualificação técnica:

#### 17.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado na Junta Comercial;

17.1.1.1.1- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

17.1.1.1.2- Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

17.1.1.2- No caso de microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar sua habilitação jurídica e o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

17.1.1.3- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### 17.1.2 – PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1.2.1- A empresa vencedora deverá anexar juntamente com a proposta, na plataforma BNC, os documentos técnicos conforme seguem:

17.1.2.1.1- Atestado, ou soma de atestados, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que esteja(m) ou tenha(m) fornecido satisfatoriamente, em qualquer época e em qualquer quantidade, o material em objeto, constante do presente Termo de Referência;

17.1.2.1.1.1- O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da(s) empresa(s) emitente(s), devendo possuir assinatura, nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Hospital possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s);



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### 17.1.3- PARA REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA:

17.1.3.1- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica no Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

17.1.3.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, a saber;

17.1.3.2.1. Se o Ramo de Atividade da empresa for Comércio, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual.

17.1.3.2.2. Se o Ramo de Atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova da Inscrição Municipal.

17.1.3.2.3- Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviços, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual e Municipal.

17.1.3.3- Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

17.1.3.4- Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual, compreendendo os DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa, ou a declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo representante legal do licitante sob as penas da Lei;

17.1.3.5- Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede do licitante, referente aos tributos mobiliários;

17.1.3.6- Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

17.1.3.7- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao))

### 17.1.4- PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

17.1.4.1- Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica.

### 17.1.5. PARA DEMAIS COMPROVAÇÕES E DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

17.1.5.1- A empresa vencedora deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES, subscritas por representante legal da licitante, conforme modelo constante de ANEXO de Edital decorrente deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação:

17.1.5.1.1- DECLARAÇÃO NEGATIVA de relação familiar, parentesco ou vínculo com os agentes vinculados à licitação ou ao seu respectivo processo;

17.1.5.1.2- Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.1.5.1.3- Declaração de que cumprirá as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

17.1.5.1.4- Declaração de que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

17.1.5.2- Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte: Declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, conforme modelo constante em ANEXO de Edital decorrente deste Termo de Referência.

17.1.5.2.1- Na referida declaração, a empresa deverá constar que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em concordância com o Art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.5.3- Declaração Unificada conforme modelo em ANEXO de Edital decorrente deste Termo de Referência.

17.1.5.3.1- A falta da declaração citada no subitem anterior não causará a inabilitação/desclassificação do proponente, estando o mesmo ciente de que, assim que solicitado, deverá fornecer os dados.

### 17.1.6- DOCUMENTOS TÉCNICOS

17.1.6.1 - Para este grupo de materiais, não será necessária a apresentação de documentos técnicos.

### 17.2- DISPOSIÇÕES GERAIS DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

17.2.1- Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua expedição, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

17.2.2- Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1.966).

17.2.3- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/MF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

17.2.3.1- A empresa vencedora deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar a Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

17.2.3.2- Se a empresa vencedora for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se ela for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz.

17.2.3.3- Os atestados de capacitação técnica, quando exigidos, poderão ser emitidos tanto em nome da matriz como da filial.

17.2.4- Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

17.2.5- O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das empresas, em qualquer tempo no curso da Licitação decorrente deste Termo de Referência, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

17.2.6- O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

17.2.7- A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente termo de referência, implicará na inabilitação da licitante.

17.2.8- A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova de documentação já inserida pela empresa proponente, para fins de habilitação.

18.2.9- Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

17.2.9.1- As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.2.9.2- Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Hospital Municipal, para a regularização da documentação.

17.2.9.3- A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado ao Hospital Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a referida contratação, ou revogar a licitação decorrente deste Termo de Referência.

17.2.9.4- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

17.2.10- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Termo de Referência e seus Anexos.

17.2.11- O prazo para a inserção dos documentos será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando no chat da plataforma do sistema Eletrônico BNC – Bolsa Nacional de Compras, sujeito a desclassificação caso não faça no tempo determinado.

17.2.11.1- Não será devido ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de documentos.

### 18 – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1- A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS obriga-se a executar fielmente o objeto especificado na sua proposta comercial, que faz parte integrante deste contrato, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes, responsabilizando-se integralmente pelo objeto, nos termos da legislação vigente, observando o estabelecido nos itens a seguir:

18.1.1- Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto e arcar com todos os impostos, responsabilidades trabalhistas, encargos sociais e responsabilizar-se pelo transporte necessário a execução do objeto;

18.1.2- Não ceder ou transferir o contrato, total ou parcialmente, a qualquer pessoa física ou jurídica, nem subcontratar total ou parcialmente o objeto dele decorrente, sem a prévia autorização do CONTRATANTE;

18.1.3- Responsabilizar-se por todo e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, na pessoa de prepostos ou estranhos, na execução do objeto contratado, assumindo todos os ônus de sua execução.

18.1.4- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, assistência técnica, seguro, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

18.1.4.1- A inadimplência da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente a esses encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento;

18.1.5- Assumir os riscos inerentes à atividade, bem como todo e qualquer ônus relativo a materiais, transporte, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes à Seguridade Social;

18.1.6- Informar à Fiscalização ou supervisão do CONTRATANTE a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto, no todo ou em parte, de acordo com o prazo previsto;

18.1.7- Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, limitando a execução do mesmo ao objeto descrito no termo contratual, sob pena de não recebimento pelo que exceder nos fornecimentos executados, incorrendo ainda na mesma penalidade, no caso de fornecimento diverso do descrito no contrato.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

18.1.8- Entregar a Nota Fiscal correspondente, observando que o ônus decorrente dessa entrega será por conta exclusiva da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

18.1.8.1- A nota fiscal deverá conter a descrição detalhada do objeto executado pela DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com as especificações descritas no contrato;

18.1.9- Manter, durante toda a execução deste termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

18.1.10- Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

18.1.11- Ressarcir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades no decorrer do objeto contratado, sem prejuízo de outras cominações de ordem legal, devidamente apurado em processo administrativo e observado o contraditório e a ampla defesa;

18.1.12- Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução do contrato e para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/E-mails, o qual deverá ser aceito pelo CONTRATANTE.

18.1.13- Atender prontamente todas as recomendações do CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente Contrato, desde que mantido o escopo do objeto ora contratado.

18.1.14- Comunicar por escrito o CONTRATANTE, através do Gestor do Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

18.1.15- Atender com prontidão às reclamações por parte do responsável pela fiscalização da execução do objeto.

18.2- A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS manter preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico e telefone;

18.3- A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deve prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE em qualquer etapa, da execução do objeto.

### 19 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1- Além das obrigações da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do CONTRATANTE:

19.1.1- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa licitante vencedora, efetuando o pagamento, através da apresentação dos documentos que comprovem sua entrega, no valor correspondente ao serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

19.1.2- Notificar, formal e tempestivamente, a empresa licitante vencedora sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato decorrente deste Termo de Referência;

19.1.3- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa licitante vencedora;

19.1.4- Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela empresa licitante vencedora, pertinentes ao objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência.

19.1.5- Notificar a empresa licitante vencedora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

19.1.6- Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

19.2- O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 20 – DAS PENALIDADES

20.1- A empresa licitante vencedora será responsabilizada, administrativamente, quando praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

20.1.1- Dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Hospital Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3- Dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.8- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.9- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.12- Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2- Em conformidade com o estabelecido no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a parte que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

### 20.3- ADVERTÊNCIA:



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

20.3.1- Serão aplicadas sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais a LICITANTE e/ou DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tenha concorrido diretamente, e poderão instruídas no processo licitatório em referência.

### 20.4 - DAS MULTAS:

20.4.1- Será aplicada caso seja comprovado o atraso injustificado e sujeitará a empresa licitante vencedora à multa sobre o valor da obrigação não cumprida, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

20.4.1.1- 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

20.4.1.2- Superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1,5% (um por cento e meio) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem 20.2.2.1;

20.4.1.3- Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 20.2.2, cumulativamente a este.

20.4.1.4- O prazo para pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) será de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua cobrança.

20.4.1.4.1- Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá o CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa.

20.4.1.5- As multas previstas nesta seção não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao CONTRATANTE.

20.4.1.6- A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

20.4.1.7- As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

20.4.1.8- Multas não pagas serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a empresa licitante vencedora a processo executivo.

20.4.1.9- As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao CONTRATANTE.

20.4.1.10- Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o CONTRATANTE reterá o valor da multa dos eventuais créditos que a empresa licitante vencedora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

**20.4.2- IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** - Pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 03 (três) anos, no caso de reincidência em faltas já apenadas com ADVERTÊNCIA, bem como no caso de faltas graves que impliquem a rescisão deste contrato.

20.4.2.1- Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos da empresa licitante vencedora, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

**20.4.3- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser aplicada quando a empresa licitante vencedora praticar atos ilícitos ou cometer faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

20.5- As sanções descritas serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia, nos prazos determinados pela Lei Federal nº 14.133/2021.

20.6- Sem prejuízo da aplicação à empresa licitante vencedora das sanções cabíveis, o CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes deste contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

20.7- Dependendo da infração cometida, o CONTRATANTE, a seu critério poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

### 21- VEDAÇÃO DOS ATOS DE CORRUPÇÃO

21.1- Para a execução deste termo, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste termo, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.846/2013.

### 22 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

22.1- As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

22.1.1- O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

22.1.2- As empresas participando da presente declararam que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e autorizam os agentes de contratação a coletar e tratar os dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente procedimento de Pregão Eletrônico e a futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD:

22.1.2.1- Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das empresas licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;

22.1.2.2- A coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento de Pregão Eletrônico e a futura execução do objeto contratado;

22.1.2.3- O agente de contratação não divulgará os dados pessoais coletados.

22.2- A empresa vencedora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito neste termo.

22.2.1- A empresa vencedora não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados neste termo.

22.2.2- Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a empresa vencedora pela obtenção e gestão.

22.2.3- Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo de Pregão Eletrônico.

### 23 – DO FORO

23.1- Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU - SP, para dirimir toda e qualquer demanda do contrato decorrente deste Termo de Referência, não resolvida administrativamente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### 24 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

24.1- Constitui motivos para denúncia do contrato decorrente deste Termo de Referência o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos.

24.2- A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas e incidentes, que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

24.2.1- Para os casos previstos no item anterior, o CONTRATANTE poderá atribuir uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

24.3- As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que não seja interpretado como habitualidade ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao “interesse público”.

24.4- Considera-se dispensável a exigência de caução, como garantia contratual.

### 25 – DOS ANEXOS

25.1- São partes integrantes deste Termo de Referência, independentemente da transcrição de seus termos:

25.1.1- ANEXO I – Declaração Unificada;

25.1.2- ANEXO II – Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

25.1.3- ANEXO III – Declarações Complementares;

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Luciana Devito Caron Pacini -

Nutricionista Responsável Técnica

### ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

AO

### HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS A/C PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Insc. Estadual sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_ (sócio administrador/procurador/diretor/etc.), e-mail pessoal: \_\_\_\_\_; e-mail institucional: \_\_\_\_\_, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos, como nosso Preposto, o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é \_\_\_\_\_, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 2025.  
Local                      dia                      mês

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser apresentada junto à documentação de habilitação.

A falta da declaração não causará a inabilitação/desclassificação do proponente, estando o mesmo ciente de que, assim que solicitado pelo agente de contratação, deverá fornecer os dados.

## ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME/EPP (Papel timbrado da licitante)



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**AO**  
**HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS**  
**A/C DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.**

Eu \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, com  
sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO do Hospital  
Municipal Dr. Tabajara Ramos, declaro, sob as penas da Lei, o que se segue:

a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

b) que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local dia mês

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTO À DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

### ANEXO III - DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (Papel timbrado da licitante)



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

AO  
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS  
A/C DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

### 1) DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR, PARENTESCO OU VINCULO COM OS AGENTES VINCULADOS À LICITAÇÃO OU AO SEU RESPECTIVO PROCESSO.

A \_\_\_\_\_ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_, considerando o disposto art. 14, inc., IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARA** para todos os efeitos legais que:

a) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, com agentes ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou agentes que tenham exercido atribuições administrativas no presente processo, nos termos da Legislação vigente;

b) está ciente da vedação da subcontratação, quando E SE autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente no exercício de atividades administrativas na licitação ou com agente ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

c) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

### 2) DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS CUSTOS



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

A \_\_\_\_\_ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os efeitos legais que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

### 3) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A \_\_\_\_\_ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para todos os efeitos legais, que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

### 4) DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES, CONTEÚDO E DOCUMENTOS APRESENTADOS

A \_\_\_\_\_ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para todos os efeitos legais, a veracidade de todas as informações, declarações, conteúdos e dos documentos apresentados, firmando compromisso de colaboração em eventuais diligências e esclarecimentos.

(Local e data)

(Assinatura da licitante/representante legal da empresa)

\*Estas declarações são de apresentação obrigatória, na fase de habilitação, sob pena de inabilitação.

### ANEXO B

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado e de uso obrigatório por todas as licitantes)



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Esta proposta deverá ser encaminhada somente pelo licitante classificado/vencedor, após etapa de lances e julgamento, após a realização do pregão, com o preço devidamente ajustado ao valor de fechamento da operação.

Não é necessária a apresentação desta Proposta de Preços antes da realização do pregão, como forma de ficha técnica, pois transgredir a legislação vigente na medida em que o Pregoeiro toma conhecimento dos nomes dos participantes antes da fase competitiva do pregão.

Ao Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos”

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 2025/029 – PROCESSO nº 2025/000160

**Objeto:** Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses.

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF OU CPF/MF: \_\_\_\_\_ INSC. ESTADUAL Nº: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE/ESTADO: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ TELEFONE/CELULAR: \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_

Prezados Senhores,

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada, através de seu representante legal infra-assinado, apresenta e submete à V.Sas., a Proposta de Preços, relativa a licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

Item	Quantidade	Unid.	Material	Marca	Valor Unitario
1	100	PCT	Achocolatado em pó, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Embalagem contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
2	1920	PCT	Açúcar cristal de primeira qualidade, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, com teor de sacarose mínimo de 98,5%, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas e de enxofre, acondicionado em pacote de 5kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.		
3	150	FR	Adoçante dietético líquido, composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, frasco de 100 ml cada; Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
4	3780	UN	Água de coco, embalagem tetra pack com 200ml - Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
5	30	PCT	Ameixa preta seca, sem caroço, obtida de frutas maduras, inteiras, sãs, limpas e desidratadas, macias, livre de fermentações, manchas ou defeito. Embalagens entre 250g a 500g. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.		
6	200	UN	Amido de milho, tipo maisena, em embalagens de 500g, que deve conter externamente os dados de identificação,		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.		
7	1500	PCT	Arroz beneficiado, tipo: Parboilizado, subgrupo: polido, classe: longo fino, qualidade: tipo 1. Embalagem com 5,0 kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BIJU, NAMORADO, VILA NOVA, URBANO, RAROZ, BLUE VILLE, NUTRIPAR</b>		
8	300	LTA	Atum sólido em óleo comestível, Lata de 170g. A embalagem deverá conter externamente os dados de acordo com a legislação vigente quanto à rotulagem. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
9	100	CX	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Composição centesimal: 12g de proteínas, 8g de lipídios e 63g de carboidratos. Embalada em polietileno atóxico. Caixa contendo de 170g a 200g 200g. Reembalados em caixas de papelão resistentes. Embalagem declarando fabricante, endereço, lote, registro no órgão competente. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
10	700	UN	Azeitona verde, em conserva inteira sem caroço, em conserva, preparada com os frutos curados na variedade verde, imersos em salmoura de concentração apropriada, em recipientes herméticos, coloração uniformes submetidos ao processo enológico adequado, atendendo as condições gerais do código sanitário de alimentos. Acondicionada em embalagem com 150g/ 200g devendo ser considerado como peso líquido do produto drenado. Produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo indicando claramente o peso líquido do produto drenado, o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricionais, número do registro no órgão competente e demais dados conforme legislação vigente, ré embalado de acordo com a praxe comercial. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir data de entrega.		
11	150	CX	Biscoito amanteigado em sachê contendo 2 unidades, sabores: leite com gotas de chocolate, chocolate, banana com canela, contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento: Caixa com 400 sachês. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
12	90.000	UND	Biscoito doce sem recheio, tipo Maria, maizena, leite ou coco em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas composição básica, farinha de trigo, gordura vegetal, sal, açúcar e outras substâncias permitidas e embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de fornecimento: Caixa 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>		
13	90.000	UND	Biscoito tipo cream cracker em embalagem individual com aproximadamente 9 gramas, composição básica: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outras substâncias permitida, embalagem individual (sachê). OS BISCOITOS DEVERÃO ENCONTRAR-SE DENTRO DOS SACHÊS INTEIROS, E NÃO TRITURADOS. Unidade de Fornecimento: Caixa com 180 sachês. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			<b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: BAUDUCO, LE PETIT, RENATA, SP</b>		
14	6.000	PCT	Café torrado e moído, tipo tradicional, com grãos selecionados, em pó, homogêneo, aroma e sabor característicos de café. Embalagem a alto vácuo em pacote de 500 gramas, com data de fabricação máxima de 2 meses anteriores à data de entrega. De primeira qualidade, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café ABIC. O produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. As embalagens devem conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: FORT, TRÊS CORAÇÕES, PRIMAVERA, CABLOCO, PACAEMBU, MELITA, PILÃO</b>		
15	402	CX	Caldo de galinha unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne e gordura de galinha, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta-do-reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realça dores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten. Embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 06 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto		
16	402	CX	Caldo de carne unidade de 57g, composição: sal, amido, açúcar, maltodextrina, carne, gordura vegetal, cebola, alho, pimenta do reino preta, salsa, cúrcuma, aipo marrom, louro, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico e aromatizantes, contém glúten, embalagem contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde. Unidade de fornecimento: Caixa contendo 6 cubos. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
17	30	PCT	Canela em pó pacote com 50g 100% natural Embalagem plástica atóxico contendo impressas na embalagem todas as informações do produto fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		
18	240	FR	Catchup tradicional, composto a base de polpa e suco de tomate, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, admitindo no mínimo 35% de resíduos secos, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação, acondicionado em embalagem com 380g/400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.		
19	240	CX	Chá de camomila, em saquinhos para infusão, composto de capítulos florais de camomila (Maticaria Chamomilla), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada.Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega		
20	240	CX	Chá de erva-doce, em saquinhos para infusão, composto de funcho nacional (Foeniculum vulgare), sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 01 ano a partir da data de entrega.		
21	240	CX	Chá de capim cidreira, em saquinhos para infusão, sem glúten. Em sachês envelopados individualmente de papel impermeável de aprox. 2g cada. Caixa com 10 sachês. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega		
22	1320	CX	Chá erva mate tostado, constituído de folhas novas, de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostados e partido, pardacento, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e larvas, em embalagem a granel, embalado em caixa papel cartão, e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-41 (Decreto 12.486 de 20/10/78). Embalagem: caixa com 250 gramas. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega.		
23	150	PCT	Coco ralado desidratado integral - Pacote com 100g - Ingredientes: Polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. Conservador INS223. NÃO CONTÉM GLÚTEN COCO RALADO BRANCO, PURO E SEM ACUCAR, COM NO MINIMO 60% DE GORDURA, CHEIRO CARACTERISTICO, SEM SUJILIDADES, SEM PARASITAS E SEM LARVAS. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
24	1026	CX	Creme de leite UHT- Embalagem 200g, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega produto.		
25	300	LTA	Ervilha verde em conservas simples, inteira, imersa em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionada em lata com 170g /200g, sendo considerado como peso líquido o produto drenado. Validade mínima 10 meses a contar da data de entrega do produto.		
26	450	PCT	Farinha de milho amarela extra fina, isenta de sujidades, parasitos e larvas, com aspecto, odor, e sabor próprios, acondicionado em pacote de 500 g, que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.		
27	450	PCT	Farinha de trigo branca especial, livre de sujidades, parasitas e larvas, produto obtido a partir de cereal limpo. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino branco cheiro e sabor próprio. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente. Embalagem de 1kg. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega do produto.		
28	300	PCT	Farofa pronta de mandioca, sabor tradicional ou suave, pct.com 500g. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega		
29	2070	PCT	Feijão carioquinha, tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem plástica de 1,0kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega. <b>MARCAS PRÉ-APROVADAS: KICALDO, BIJU, CREMOSO, CAIPIRA, CAMIL, KNORR, CABRERA, BROTO LEGAL, BLUE VILLE</b>		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

30	200	LTA	Fermento em pó químico, Composição: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, acondicionado em lata hermeticamente fechada de 100g, contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no ministério da saúde, obedecendo à resolução 12/78 da CNNPA. Validade mínima 6 meses a contar da data de entrega.		
31	50	PCT	Folha de louro pacote de 5grs à 10 grs. - 1ª qualidade. 100% puro embalado em saco plástico atóxico contendo impressas todas as informações do produto e fabricante. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega		
32	700	PCT	Fubá de Milho isento de matérias terrosas, parasitas, detritos animais ou vegetais e odores estranhos, bolor e umidade, embalagem de polietileno, atóxico, transparente, resistente, contendo 01 kg. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
33	385	CX	Geleia de frutas, sem adição de açúcar, Blister entre 12g e 15g, sabores variados (goiaba, morango e uva), contendo data de fabricação e validade do produto. Unidade de fornecimento :Caixa com 144 blister. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
34	1000	UN	Isotônico sabor limão - embalagem com 500ml - Validade mínima 06 meses		
35	500	UN	Leite condensado, composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em Embalagem de 395 g. Validade mínima 10 meses a contar da entrega.		
36	480	LT	Leite UTH integral Zero Lactose para dietas com restrição de lactose, rico em cálcio, fonte de ferro, zinco e vitaminas. Caixa de 1 lt. Deverá conter na embalagem zero de lactose. Embalagem Tetra Park. Deverá constar o registro do Ministério da agricultura. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega		
37	80	VDR	Leite de coco, leite de coco natural, concentrado, açucarado, obtido do endosperma de coco procedente de frutos sãos e maduros, isento de sujidades, parasitas larvas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em garrafa de vidro contendo 200ml.Validade mínima 10 meses a partir da data de entrega.		
38	1000	PCT	Macarrão Parafuso, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
39	4500	PCT	Macarrão tipo ave-maria, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
40	2000	PCT	Macarrão tipo conchinha, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega do produto.		
41	500	PCT	Macarrão tipo espaguete, à base de farinha com ovos, pacote contendo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
42	500	PCT	Macarrão tipo penne, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

43	500	PCT	Macarrão tipo Talharim, à base de farinha, massa com ovos, embalagem contendo no mínimo 500g, com identificação do produto e prazo de validade. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
44	800	UN	Maionese, tipo tradicional -composto a base de ovos pasteurizados, sal, açúcar e outras substâncias permitidas, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Embalagem com 500g. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
45	310	CX	Margarina Sem Sal BLISTER 10G Ingredientes: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite desnatado reconstituído, vitamina A (15.000 UI/kg) e betacaroteno, estabilizantes mono e diglicerídeos de ácidos graxos, éster de poliglicerol de ácido ricinoléico e lecitina de soja, conservador benzoato de sódio, aroma idêntico ao natural de manteiga, acidulantes ácido láctico e ácido cítrico e corantes naturais urucum e cúrcuma. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Unidade de fornecimento: Caixa 192 Blisters. Validade 06 meses a partir da data de entrega.		
46	200	BAL	Margarina vegetal com sal, composto de 80% de lipídios, obtida da emulsão de gorduras e óleos alimentares vegetais, podendo conter vitamina e outras substâncias permitidas, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, acondicionado em balde plástico com no mínimo 14, 5kg/15.0kg. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto.		
47	492	POT	Margarina vegetal sem sal - Embalagem 500g -Produto que se apresenta sob forma de emulsão plástica ou fluída contendo obrigatoriamente os ingredientes óleos e/ou gorduras comestíveis e água, devendo conter no mínimo 65% de lipídios. Sem sal. Para uso culinário, embaladas em pote limpo, resistente, atóxico, que garanta a integridade do produto até o consumo, contendo 500g de peso líquido. A embalagem deverá apresentar externamente os dados de identificação, procedência, quantidade do produto, prazo de validade e informações nutricionais. Suas condições devem estar de acordo com a NTA 50 do Decreto Estadual 12.486 de 20/10/78). Deve estar em consonância com os níveis toleráveis na matéria-prima empregada, estabelecidos pela legislação específica, no que tange a resíduos de pesticidas, contaminantes inorgânicos e microbiológico. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega do produto.		
48	600	PCT	Massa seca para lasanha, pré-cozida, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial, ovos, água e demais substâncias permitidas, artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionada em saco plástico, atóxico com 200 gramas. Prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da entrega do produto		
49	40	UND	Mel silvestre Produto natural elaborado por abelhas a partir do néctar de flores e/ou exsudatos sacarínicos de plantas Características gerais: O mel não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal, nem ser adicionado de corretivos de acidez. Poderá se apresentar parcialmente cristalizado e não poderá apresentar caramelização nem espuma superficial. Será		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			permitido o aquecimento do mel até o máximo de 700C, desde que seja mantida a sua atividade enzimática. É proibida a adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservantes e de edulcorantes de qualquer natureza. Embalagem com 500g. Validade de 12 meses na data de entrega.		
50	80	PCT	Milho para canjica, embalagem com 500g		
51	810	LTA	Milho verde em conserva simples, grãos inteiros, imerso em líquido, tamanho e coloração uniformes, acondicionado em lata com 170 g/200g, sendo considerado como peso líquido o produto drenado. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega do produto.		
52	150	PCT	Mistura pronta para bolo, acondicionado em embalagem com no mínimo 400 gr. Ingredientes: Açúcar, Farinha de Trigo Rico em Ferro e Ácido Fólico, Amido, Gordura Vegetal, Amido Pré-Gelatinizado, Sal, Fermento Químico (Bicarbonato de Sódio e Fosfato Ácido de Alumínio e Sódio), Aromatizante, Estabilizante Polisorbato 80 e Espessante Goma Guar. Contém Glúten. Com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Sabores: Baunilha, Chocolate, Laranja, Limão e Formigueiro. Validade mínima 06 meses a partir da data de entrega		
53	150	FR	Molho tipo Inglês, produto preparado à base de extrato de carne, acrescido de vinagre, água, açúcar, caramelo, sal, cravo, canela e ingredientes permitidos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, frasco com 900ml		
54	300	FR	Mostarda, frasco contendo no mínimo 200g, com identificação do produto e prazo de validade.		
55	1620	UN	Néctar de fruta- light sem adição de açúcar- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003.Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra paz longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto		
56	2700	UN	Néctar de fruta- sabores laranja, maçã e uva: o produto deverá estar de acordo com a NTA 02 e 22 (Decreto 12342/78). O produto deverá estar de acordo com a Instrução Normativa nº12/2003.Ingredientes mínimos: água, polpa de fruta, açúcar e demais ingredientes, desde que permitidos por legislação e que não descaracterize o produto. Poderá conter aroma e/ou corante natural. Deverá ser isento de gorduras e conter no máximo 20 mg de sódio por 200 ml. Embalagem primária: caixa tetra pak longa vida de 200 ml com canudo. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega do produto		
57	2000	FR	Óleo de soja refinado, obtido de matéria prima vegetal em bom estado sanitário, isento de substâncias estranhas a sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas à 25°C, cor e odor característicos. Garrafas Pet de 900 ml. Validade mínima 6 meses na data da entrega do produto.		
58	150	PCT	Orégano desidratado. Embalagem com 10g. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto		
59	3000	CX	Pó para gelatina comum, caixinha com 35g cada, sabores devem ser variados entre este descritos - Abacaxi, Limão, Morango, Tangerina e Uva. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
60	3000	CX	Pó para gelatina diet, sem adição de açúcar, caixinha com 12g cada, sabores variados entre os descritos - Abacaxi,		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			Limão, Morango e Uva. Validade mínimo de 6 meses a contar da data da entrega do produto		
61	150	PCT	Pó para preparo de curau. Embalagem com 1kg. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
62	200	PCT	Pó para preparo de mousse, sabores: chocolate, chocolate branco, morango. Embalagem com 500g. Validade mínimo de 6 meses contar da data da entrega do produto.		
63	1000	UN	Polpa de tomate, a base de tomates selecionados, sem conservantes, sem glúten- Embalagem tetra pack com 520g. Validade mínima 06 meses a contar da data de entrega		
64	1500	PCT	Preparado sólido para refresco - em embalagens com mínimo 250g e máximo 1kg, a diluição não deverá ser inferior a 25lt. os sabores deverão ser divididos entre: abacaxi, caju, laranja, limão, tangerina e uva. Validade mínima de 1(um) ano a contar da data de entrega.		
65	500	CX	Pudim em pó diet, sem adição de açúcar, caixinha com 25g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem.		
66	500	CX	Pudim em pó, caixinha com 50g. Sabores variados entre os descritos. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, modo de preparo, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade e condições de armazenagem. Validade mínima de 6 meses na data de entrega		
67	100	CX	Sal iodado, tipo sache individual de 1g. Caixa contendo 2000 unidades, que deverá conter externamente todos os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. OBS. Cada sache deve apresentar a identificação do produto como nome, peso e data de validade. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.		
68	1500	KG	Sal refinado iodado: embalagens de 1kg de polietileno transparente. Com granulação uniforme e com cristais brancos. No mínimo 58,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo não tóxico de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por kg. De acordo com o preconizado pelas regulamentações da Anvisa. Deve conter data de validade e fabricação na embalagem. Validade de 6 meses a partir da data de entrega do produto.		
69	300	LTA	Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.		
70	500	CX	Torrada integral, caixa fechada. Caixa com 100 saches, cada sache contendo 2 unidades de torrada. Validade mínima 6 meses a partir da data de entrega.		
71	300	PCT	Trigo para Kibe - Descrição: Produto obtido a partir do cozimento, secagem e moagem do trigo em grãos. Embalagem primária - Saco em Polietileno atóxico,		



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

			resistente, termossoldado, pct 500 g. Considerar-se-á imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração. Validade mínima 6 meses a contar da data da entrega.		
72	250	FR	Vinagre de Vinho Tinto - vinagre de vinho tinto, agrin escuro, fermentado acético de álcool e água potável, conservante INS 224, corante natural INS 150c, acidez 4,0%, acondicionado em embalagem pet com tampa inviolável, hermeticamente vedado com capacidade de 750 ml. Na embalagem deverá constar o nome e marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, número do lote e tabela de informação nutricional. Validade mínima 1 ano a contar da data de entrega.		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ \_\_\_\_\_

### CONDIÇÕES GERAIS

**DECLARAMOS** que o prazo de validade de nossa proposta é de 90 (noventa) dias, a partir da data de abertura do pregão.

**PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Conforme determinado em Edital, no **ANEXO A – Termo de Referência**.

**DECLARAMOS** que estamos de acordo com os termos do Edital, e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e demais contribuições pertinentes de nossa responsabilidade, sem qualquer exceção, constituindo-se os referidos preços unitários na única contraprestação do HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS pelos efetivos fornecimentos, sob nossa conta e risco.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(Assinatura da proponente/representante legal da empresa)

### ANEXO C

#### JUSTIFICATIVA PARA O CARATER SIGILOSO

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 24, autoriza o sigilo na divulgação do preço de referência, conforme transcrevemos:

*“Art 24 Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:*

*I – o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;”*



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

O caráter sigiloso do Orçamento tem como base a obtenção das melhores propostas, haja visto que a divulgação dos preços traria para o certame empresas sem a devida precisão orçamentária, e ensejaria o alinhamento de propostas; e o contrário é que as empresas apresentem seus preços de reservas. Com isso quer, ainda, atrair empresas com expertise na contratação pretendida.

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da **DETENTORA DA ATA** que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo. Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Prefeitura informa aos interessados que o **ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

### ANEXO – D

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025/029 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2025/000160

**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses.

O **HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.015.438/0001-96 e isento de Inscrição Estadual, com sede na Avenida Padre Jaime, nº 1.500, Jardim Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP,



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

neste ato devidamente representado pelo Sr. **LUCIANO FIRMINO VIEIRA**, Superintendente, portador do RG nº 21.822.282-8 SSP/SP e CPF/MF nº 120.632.988-23, doravante denominado **CONTRATANTE**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, Processo Licitatório nº **2025/000160**, RESOLVE registrar os preços exercidos pela empresa [REDACTED], com sede na Rua [REDACTED], nº [REDACTED], no Bairro [REDACTED], na cidade de [REDACTED], no estado de [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] e Inscrição Estadual nº [REDACTED], neste ato representada pelo(a) Sr(a) [REDACTED], portador(a) do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], doravante denominada **DETENTORA DA ATA** indicada e qualificada neste contrato, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, nos Decretos Municipais nº 27.089 e 27.090, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.- A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses**, conforme especificado(s) Termo de Referência, anexo que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, sob pena de dar causa à extinção e responder pelas multas e sanções previstas em Lei.

1.2. - A **DETENTORA DA ATA** garante a qualidade dos produtos pelo período de validade, a contar da data da entrega ao **HOSPITAL**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1.- O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário

Depende do julgamento do Pregão...

2.2.- A **DETENTORA DA ATA** desta ATA deverá fornecer o(s) produto(s), mediante solicitação do **servidor público designado como gestor da Ata**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

3.1.- O Hospital Municipal “Dr. Tabajara Ramos” é o único órgão gerenciador da presente ATA.

### CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1.- Não será admitida a adesão a ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

5.1. - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. - A vigência estabelecida observará, a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. - As Atas decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. -Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1. -Aceitem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observado a classificação da licitação;

5.4.2. -Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. -Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

5.5. -O registro a que se refere o item 5.4. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. -Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item.

5.8. - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. - Após a homologação da licitação, o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. - A ata de registro de preço será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital.

5.11. - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

6.1. - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do Caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

6.1.2. - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação;

6.1.3.2. - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **CLÁUSULA SETIMA – NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

7.1. - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. - Na hipótese prevista no item anterior o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**7.2.1.** - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**8.1.** - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**8.1.1.** - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**8.1.2.** - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.1.3.** - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**8.1.4.** - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.2.** - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**8.3.** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**8.4.** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**8.4.1.** - Por razão de interesse público;

**8.4.2.** - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**8.4.3.** - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E LOCAL:**

#### **9.1. - DO PRAZO:**

**9.1.1.** - Para cada pedido será encaminhada Autorização de Fornecimento, pelo setor responsável, através de e-mail cadastrado em nosso sistema.

**9.1.2.** - **O prazo de entrega será de no máximo 07 (Sete) dias úteis, após o envio da solicitação pela requisitante.** O material poderá ser rejeitado se não estiver de acordo com o Termo de Referência e deverá ser substituído no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

**9.1.3.** - O **CONTRATANTE** se reserva no direito, caso ocorra algum imprevisto, de alterar as quantidades e datas para entrega, estabelecidas no Pedido de Compra, mediante comunicado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **9.2. - DO LOCAL DE ENTREGA:**

**9.2.1.** - As entregas deverão correr por conta e risco da **DETENTORA DA ATA**, no Setor de Nutrição e Dietética do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, na **AVENIDA PADRE JAIME, Nº 1.500, JARDIM PLANALTO VERDE, NA CIDADE DE MOGI GUAÇU - SP**, no horário das 7h30min às 12h00min e das 13h00min às 15h30min, de segunda à sexta-feira, em dias úteis, telefone (19) 3891-9444, ramal 223, E-mail: [snd@hmtrmogiguacu.com](mailto:snd@hmtrmogiguacu.com), cujas entregas, nas quantidades solicitadas, deverão estar obrigatoriamente acompanhadas do competente documento fiscal, devidamente discriminado com todos os produtos e respectivos valores.

### **CLÁUSULA DECIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

**10.1.** - O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) marca(s), são aqueles constantes na Cláusula Segunda desta Ata.

**10.2.** - Correrão por conta da **DETENTORA DA ATA** as despesas para o efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, carga e descarga, e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais do **CONTRATANTE**.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**10.3.** - Todos os materiais devem vir perfeitamente acondicionados em embalagens primárias e com especificações que facilitem sua armazenagem, e sem nenhum tipo de dano, contendo informações sobre a marca, fabricante, data de fabricação, número do lote, rótulo em português, prazo de validade e instruções para o armazenamento.

**10.4.** - Quando da entrega, cada produto deverá vir acompanhado do competente documento fiscal e devidamente discriminado com as suas especificações;

**10.4.1.** - Na falta destes, os produtos não serão recebidos;

**10.5.** - A **DETENTORA DA ATA** deverá adotar todas as medidas de precaução, para garantia de procedência, assegurando que os produtos estejam devidamente registrados no órgão a que estiver sob inspeção, garantindo-se com este, pelos fornecimentos junto ao **CONTRATANTE**.

**10.6.** - O(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) atender a todas as condições fixadas nas normas e leis da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**10.7.** - A **DETENTORA DA ATA** apresentará ao almoxarifado o(s) documento(s) fiscal(s) de cobrança do(s) produto(s) entregue(s), juntamente com os demais documentos exigidos em sua Cláusula Decima Segunda.

**10.8.** - O **CONTRATANTE** terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para aceitá-la ou rejeitá-la.

**10.9.** - A documentação fiscal não aprovada será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

**10.10.** - A devolução da documentação fiscal não aprovada pelo **CONTRATANTE** em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

**10.11.** - O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) **provisoriamente** no local mencionado na Cláusula Nona para posterior verificação do atendimento as especificações e condições pactuadas, especialmente quanto à qualidade e quantidade, após o que será expedido o termo de recebimento definitivo, observado para tanto o prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contados da entrega.

**10.12.** - O objeto, eventualmente entregue em desconformidade com a programação estabelecida e com o especificado, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas nesta Ata, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**.

**10.13.** - Em caso de diferença de quantidade, fica a **DETENTORA DA ATA** obrigada a providenciar sua complementação no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contadas da data da notificação a ser expedida pelo **CONTRATANTE**, sob pena de incidência nas sanções mencionadas nesta ata.

**10.14.** - Em eventual suspeita de que o produto não atenda as especificações exigidas, ou que apresente má qualidade ou ainda que esteja impróprio para o uso, sua utilização será suspensa, encaminhando-se amostras para laboratório(s), de livre escolha do **CONTRATANTE** ou órgão aderente, para análise pertinente.

**10.15.** - Constatada irregularidade, a **DETENTORA DA ATA** marcará com todas as despesas da(s) análise(s), com retenção de valor eventualmente existente de créditos a seu favor, ou cobrança na inexistência destes, respondendo ainda pelas sanções previstas em sua Cláusula Décima Quinta.

**10.16.** - O recebimento definitivo não exime a **DETENTORA DA ATA** de suas responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

**10.17.** - No recebimento e aceitação do(s) produto(s) cujos preços estão registrados, serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.18.** - Será permitida a troca da marca inicialmente ofertada, por motivo justo e aceito pelo **CONTRATANTE**, desde que o novo produto atenda às características sensoriais, físicas, químicas e físico-químicas definidas na legislação pertinente.

**10.19.** - Todas as exigências para execução dos fornecimentos deverão ser observadas, tanto na fase de proposta como na fase contratual.

### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

#### **11.1. - DA DETENTORA DA ATA:**

**11.1.1.** - A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a executar fielmente o objeto especificado na sua proposta comercial, que faz parte integrante deste contrato, através de funcionários devidamente treinados e com bons antecedentes, responsabilizando-se integralmente pelo objeto, nos termos da legislação vigente, observando o estabelecido nos itens a seguir:

**11.1.2.** - Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução do objeto e arcar com todos os impostos, responsabilidades trabalhistas, encargos sociais e responsabilizar-se pelo transporte necessário a execução do objeto;

**11.1.3.** - Não ceder ou transferir o contrato, total ou parcialmente, a qualquer pessoa física ou jurídica, nem subcontratar total ou parcialmente o objeto dele decorrente, sem a prévia autorização do **CONTRATANTE**;

**11.1.4.** - Responsabilizar-se por todo e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, na pessoa de prepostos ou estranhos, na execução do objeto contratado, assumindo todos os ônus de sua execução.

**11.1.5.** - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, assistência técnica, seguro, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o **CONTRATANTE** isento de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

**11.1.5.1.** - A inadimplência da **DETENTORA DA ATA**, referente a esses encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento;



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**11.1.6-** Assumir os riscos inerentes à atividade, bem como todo e qualquer ônus relativo a materiais, transporte, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes à Seguridade Social;

**11.1.7-** Informar à Fiscalização ou supervisão do **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto, no todo ou em parte, de acordo com o prazo previsto;

**11.1.8-** Zelar pelo fiel cumprimento da ata, limitando a execução do mesmo ao objeto descrito no termo contratual, sob pena de não recebimento pelo que exceder nos fornecimentos executados, incorrendo ainda na mesma penalidade, no caso de fornecimento diverso do descrito no contrato.

**11.1.9-** Entregar a Nota Fiscal correspondente, observando que o ônus decorrente dessa entrega será por conta exclusiva da **DETENTORA DA ATA**;

**11.1.8.1-** A nota fiscal deverá conter a descrição detalhada do objeto executado pela **DETENTORA DA ATA**, de acordo com as especificações descritas no contrato;

**11.1.10-** Manter, durante toda a execução deste termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**11.1.11-** Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

**11.1.12 -** Ressarcir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades no decorrer do objeto contratado, sem prejuízo de outras cominações de ordem legal, devidamente apurado em processo administrativo e observado o contraditório e a ampla defesa;

**11.1.13-** Manter canal de atendimento para representá-la durante a execução da ata para intermediar as solicitações entre as partes, realizada sempre que possível mediante mensagens eletrônicas/E-mails, o qual deverá ser aceito pelo **CONTRATANTE**.

**11.1.14-** Atender prontamente todas as recomendações do **CONTRATANTE**, que visem à regular execução da presente ATA, desde que mantido o escopo do objeto ora contratado.

**11.1.15-** Comunicar por escrito o **CONTRATANTE**, através do Gestor da Ata, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**11.1.16-** Atender com prontidão às reclamações por parte do responsável pela fiscalização da execução do objeto.

**11.2-** A **DETENTORA DA ATA** manter preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico e telefone;

**11.3-** A **DETENTORA DA ATA** deve prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE** em qualquer etapa, da execução do objeto.

### **11.4. - DO CONTRATANTE:**

**11.4.1. -** Além das obrigações da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações:

**11.4.1.1. -** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com **DETENTORA DA ATA**, efetuando o pagamento, através da apresentação dos documentos que comprovem sua entrega, no valor correspondente ao serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

**11.4.2-** Notificar, formal e tempestivamente, a empresa licitante vencedora sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato decorrente deste Termo de Referência;

**11.4.3-** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa licitante vencedora;

**11.4.4-** Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela empresa licitante vencedora, pertinentes ao objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência.

**11.4.5-** Notificar a empresa licitante vencedora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**11.4.6-** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

**11.5-** O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S), PAGAMENTOS E REAJUSTES:**

#### **12.1. - DO(S) PREÇO(S):**

**12.1.1. -** O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) estão em conformidade com o(s) preço(s) consignado(s) na Ata da Sessão Pública, devidamente discriminados na Cláusula Primeira desta Ata.

**12.1.2. -** O VALOR GLOBAL da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### **12.2. - DO PAGAMENTO:**

**12.2.1. -** Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 30 d.d.l. (trinta dias da data líquida) da entrega do total, a contar da data do atesto da Fatura/Nota Fiscal, que será emitida conforme solicitação, por meio de depósito em moeda corrente, mediante Ordem Bancária.

**12.2.2. -** Os pagamentos dentro dos prazos previstos, somente serão efetuados após liberação do documento fiscal de cada entrega, mediante conferência dos produtos, aprovação e visto de cada Fiscal envolvido na Ata.

**12.2.3. -** Qualquer irregularidade constatada no ato do recebimento ou conhecida posteriormente será motivo suficiente para suspensão do pagamento, até que seja sanada a irregularidade.

**12.2.4. -** A **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica em respeito às normas tributárias do Estado de São Paulo.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**12.2.4.1.** - Qualquer atraso acarretado por parte da **DETENTORA DA ATA** na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

**12.2.5.** - Para recebimento dos pagamentos, a **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar junto ao documento fiscal, os seguintes documentos emitidos via Internet dentro de sua validade:

**12.2.6.** - Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

**12.2.7.** - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) referente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**12.2.7.1.** - Também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

**12.2.8.** - Comprovada irregularidade na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

**12.2.9.** - A devolução da documentação fiscal pelo **CONTRATANTE**, em hipótese alguma servirá de pretexto para que seja suspenso o fornecimento.

**12.2.10.** - As comprovações dos documentos acima relacionados poderão ser feitas através das guias de recolhimento do mês anterior que antecede o pagamento.

**12.2.11.** - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à **DETENTORA DA ATA** para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem **12.2.1**, que recomeçará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.

### **12.3. - DO REAJUSTE:**

**12.3.1.** – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

**12.3.2.** - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, caso não haja, no Termo de Referência, a indicação de outro índice, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**13.1.** - As despesas oriundas desta Ata serão oneradas a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Programa para o exercício de 2025, no que couber, ficando o restante para o exercício de 2026:

**20 – 030110.1030210032.348 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**13.2.** Poderão, ainda, ser utilizadas dotações orçamentárias que não estão relacionadas acima, ou que venham a ser criadas, durante a vigência desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, através de simples APOSTILAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

**14.1.**- Não haverá garantia contratual para execução desta Ata, ficando a **DETENTORA DA ATA** sujeita as penalidades previstas abaixo caso não cumpra com as obrigações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

#### **15 – DAS PENALIDADES**

**15.1.**- A empresa licitante vencedora será responsabilizada, administrativamente, quando praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

**15.1.1.**- Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**15.1.2.**- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Hospital Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.1.3.**- Dar causa à inexecução total do contrato;

**15.1.4.**- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**15.1.5.**- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.1.6.**- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.7.**- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**15.1.8.**- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**15.1.9.**- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**15.1.10.**- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.1.11.**- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**15.1.12.**- Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2.**- Em conformidade com o estabelecido no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, a parte que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

#### **15.3- ADVERTÊNCIA:**

**15.3.1.**- Serão aplicadas sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais a LICITANTE e/ou **DETENTORA DA ATA** tenha concorrido diretamente, e poderão instruídas no processo licitatório em referência.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### 15.4 - DAS MULTAS:

**15.4.1-** Será aplicada caso seja comprovado o atraso injustificado e sujeitará a empresa licitante vencedora à multa sobre o valor da obrigação não cumprida, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

**15.4.2.1-** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

**15.4.2.2-** Superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1,5% (um por cento e meio) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem **15.4.2.1**;

**15.4.2.3-** Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item **15.4.2.2**, cumulativamente a este.

**15.4.2.4-** O prazo para pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) será de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua cobrança.

**15.4.2.4.1-** Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá o **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial da multa.

**15.4.2.5-** As multas previstas nesta seção não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **CONTRATANTE**.

**15.4.2.6-** A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

**15.4.2.7-** As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

**15.4.2.8-** Multas não pagas serão inscritas como dívida ativa, sujeitando-se a empresa licitante vencedora a processo executivo.

**15.4.2.9-** As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e não eximem a empresa licitante vencedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar o **CONTRATANTE**.

**15.4.2.10-** Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, o **CONTRATANTE** reterá o valor da multa dos eventuais créditos que a empresa licitante vencedora tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

**15.4.3- IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** - Pena de **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** do direito de licitar e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE** por prazo não superior a 03 (três) anos, no caso de reincidência em faltas já apenadas com **ADVERTÊNCIA**, bem como no caso de faltas graves que impliquem a rescisão deste contrato.

**15.4.3.1-** Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos da empresa licitante vencedora, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

**15.4.4- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a ser aplicada quando a empresa licitante vencedora praticar atos ilícitos ou cometer faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

**15.5-** As sanções descritas serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia, nos prazos determinados pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**15.6-** Sem prejuízo da aplicação à empresa licitante vencedora das sanções cabíveis, o **CONTRATANTE** recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes deste contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

**15.7-** Dependendo da infração cometida, o **CONTRATANTE**, a seu critério poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, DOS FORNECIMENTOS:

**16.1.-** Caberá à Fiscalização de cada setor do **CONTRATANTE**, envolvidos nesta Ata, através de seus gestores e fiscais, o acompanhamento dos fornecimentos visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais, podendo a qualquer tempo solicitar informações sobre o andamento dos fornecimentos, devendo a **DETENTORA DA ATA** prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar o **CONTRATANTE** da ocorrência de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou resultado final dos fornecimentos.

**16.2-** As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **DETENTORA DA ATA** deverão ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina.

**16.2.1-** Na hipótese de a **DETENTORA DA ATA** se negar a passar recibo das comunicações a ela feitas, serão estas consideradas entregas para todos os efeitos legais;

**16.3-** Constatados os regulares fornecimentos, que são objeto da presente Ata, cabe à fiscalização da **CONTRATANTE** atestar a sua satisfatória execução;

**16.4-** A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **DETENTORA DA ATA**, no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o **CONTRATANTE** ou perante terceiros.

**16.4.1-** A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**16.5-** A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos fornecimentos, inclusive podendo determinar a paralisação deles quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

**16.6-** Na fiscalização serão observados todos os termos estabelecidos em Ata, obrigando-se a **DETENTORA DA ATA** a atender a todas as determinações da **CONTRATANTE**, devendo as partes cuidar para que não haja qualquer grau de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, controle de frequência, aplicação de sanção ou penalidade administrativa ou funcional, ou supervisão direta sobre os empregados da **DETENTORA DA ATA**.

**16.7-** A ação ou omissão total ou parcial do **CONTRATANTE**, através de cada setor envolvido, não eximirá a **DETENTORA DA ATA** de total responsabilidade na execução dos fornecimentos, com toda cautela, segurança e nas condições estabelecidas nesta Ata e seus anexos.

**16.8-** Muito embora a **CONTRATANTE** tenha o direito de acompanhar, orientar e fiscalizar a execução dos fornecimentos fica expressamente vedado o seguinte:

**16.8.1-** O poder de mando sobre os empregados da **DETENTORA DA ATA**, reportando-se, quando necessário, ao preposto ou gestor indicado pela **DETENTORA DA ATA**.

**16.8.2-** Considerar os trabalhadores da **DETENTORA DA ATA** como colaboradores eventuais do próprio órgão.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**17.1-** A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2-** As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **DETENTORA DA ATA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**17.3-** O **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **DETENTORA DA ATA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**17.4-** A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

**17.5-** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos do “caput” do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Gestora e Fiscal da Ata de Registro de Preços, descritos abaixo, designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da mesma Lei:

#### **17.5.1 – GESTOR DO CONTRATO:**

**Nome:** Luciana Devito Caron Pacini

**Função:** Nutricionista

**CPF/MF nº** 275.525.028-35

**E-mail:** [snd@hmtrmogiguacu.com](mailto:snd@hmtrmogiguacu.com)

#### **17.5.2- FISCAL DO CONTRATO:**

**Nome:** Caio Cléssios Mião

**Cargo:** Assessor Técnico

**CPF/MF nº** 424.922.218-73

**E-mail institucional:** [almoxarifado@hmtrmogiguacu.com](mailto:almoxarifado@hmtrmogiguacu.com)

#### **17.5.3 – PREPOSTO:**

**Nome:**

**Função:**

**CPF/MF nº**

**E-mail:**

**17.6-** São responsabilidades do **FISCAL**, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

**17.6.1-** Acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para o **CONTRATANTE**;

**17.6.2-** Anotar em histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**17.6.3-** Identificar qualquer inexecução ou irregularidade e emitir notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção;

**17.6.4-** Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive quando ocorrer descumprimento das obrigações contratuais, atuando, tempestivamente, na solução do problema.

**17.6.5-** Verificar, ainda, a manutenção das condições de habilitação da **DETENTORA DA ATA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**17.7-** São responsabilidades do **GESTOR**, concomitantemente às responsabilidades emanadas nos artigos 142 a 146 do Decreto Municipal nº 27.089/2024:

**17.7.1-** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde

CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP

CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

**17.7.2-** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração;

**17.7.3-** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da **DETENTORA DA ATA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**17.7.4-** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **DETENTORA DA ATA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

**17.7.5-** Tomar providências para a formalização de possível processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**17.7.6-** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**17.7.7-** Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

**17.8-** A indicação ou a manutenção do preposto da **DETENTORA DA ATA** poderá ser recusada pela **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificada, devendo a **DETENTORA DA ATA** designar outro para o exercício da atividade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VEDAÇÃO AOS ATOS DE CORRUPÇÃO:**

**18.1-** Para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, de acordo com a Lei 12.846/2013.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):**

**19.1-** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**19.1.1-** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018, às quais se submeterão os fornecimentos, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**19.1.2-** Os licitantes participando da presente declararam que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e autorizam os agentes de contratação a coletar e tratar os dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD: Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta; II. a coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado; III. O agente de contratação não divulgará os dados pessoais coletados.

**19.2-** A **DETENTORA DA ATA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito nesta Ata.

**19.2.1-** A **DETENTORA DA ATA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos fornecimentos especificados nesta Ata.

**19.2.2-** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do fornecimento, esta será realizada após prévia aprovação do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **DETENTORA DA ATA** pela obtenção e gestão.

**19.2.3-** Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo licitatório.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**20.1-** A execução da presente Ata será acompanhada e fiscalizada pelos gestores mencionados na **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**, permitida a assistência de terceiros;

**20.2-** É expressamente vedada à **DETENTORA DA ATA** a cessão, transferência ou a subcontratação total ou parcial a terceiros a execução do objeto desta Ata.

**20.3-** Fica expressamente estabelecido, por força desta Ata, a isenção de qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**, ficando a **DETENTORA DA ATA**, a total responsabilidade de empregadora com as despesas de seus empregados, inclusive os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se assim ao cumprimento das disposições legais, quer



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

quanto à remuneração de seus empregados, como dos demais encargos de qualquer natureza, e seguro contra acidentes de trabalho.

**20.4-** A inadimplência da **DETENTORA DA ATA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta Ata, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto desta Ata, razão pela qual a **DETENTORA DA ATA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

**20.5-** Fazem parte integrante da presente Ata, independente da transcrição de seus termos, a proposta de preços apresentada pela **DETENTORA DA ATA**.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS:**

**21.1.-** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:**

**22.1.-** Esta Ata de Registro de Preços será publicada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

**22.2.-** Para fins de garantir a ampla publicidade, esta Ata e/ou seu extrato serão divulgados:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

II – Portal transparência <https://hmtr.sp.gov.br/publicacoes/1/LICITACOES>

III - Diário Oficial do Município

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:**

**23.1.-** Fica eleito o FORO da COMARCA DE MOGI GUAÇU/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relativas ou resultantes desta Ata, que não tenham sido resolvidas administrativamente.

E, por assim haverem acordado, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas desta Ata, firmada na presença de testemunhas legalmente capazes.

Mogi Guaçu, na data da assinatura digital e/ou física, assim considerada a data da última assinatura digital e/ou física dentre os representantes legais das partes.

#### **P/ CONTRATANTE:**

Luciano Firmino Vieira  
CPF/MF nº 120.632.988-23  
Superintendente  
[superitendencia@hmtrmogiguacu.com](mailto:superitendencia@hmtrmogiguacu.com)

#### **P/ DETENTORA DA ATA:**

Nome:   
CPF/MF nº  
Cargo:  
Email:

#### **TESTEMUNHAS:**

Adriana Helena Franco Guidotti  
Secretaria Autárquica Administrativa

Marcos Cesar Leone Guimarães  
Secretário Autárquico Financeiro

#### **GESTOR:**

Luciana Devito Caron Pacini  
Nutricionista

#### **FISCAL**

Caio Cléssios Mião  
Assessor Técnico

#### **VISTO DO JURIDICO:**



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

### ANEXO E

#### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS, CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96,

**DETENTORA DA ATA:** [REDACTED] – CNPJ/MF nº [REDACTED]

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM):** [REDACTED]/HMTR/2025

**OBJETO:** Registro de preços para a aquisição parcelada de gêneros alimentícios não perecíveis para uso no SND do Hospital Municipal Dr. Tabajara Ramos, por um período de 12 (doze) meses

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pelo contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi Guaçu, na data da assinatura digital e/ou física, assim considerada a data da última assinatura digital e/ou física dentre os representantes legais das partes.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:	RESPONSÁVEL PELA RATIFICAÇÃO:
Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23	Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23 Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:	
Pelo CONTRATANTE: Nome: Luciano Firmino Vieira Cargo: Superintendente CPF/MF nº 120.632.988-23 Assinatura: _____	Pela DETENTORA DA ATA: Nome: [REDACTED] Cargo: [REDACTED] CPF/MF nº [REDACTED] Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:
Nome: Marcos Cesar Leone Guimarães Cargo: Secretário Autárquico Financeiro CPF/MF nº 300.027.158-99 Assinatura: _____

#### DEMAIS RESPONSÁVEIS:



## HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS

Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Jardim Planalto Verde  
CEP 13844-070 – MOGI GUAÇU - SP  
CNPJ/MF nº 59.015.438/0001-96 – Inscrição Estadual: Isento

<b><u>GESTOR DO CONTRATO:</u></b> <b>Nome:</b> Luciana Devito Caron Pacini <b>Cargo:</b> Nutricionista <b>CPF/MF nº</b> 275.525.028-35 <b>Assinatura:</b> _____	<b><u>FISCAL DO CONTRATO:</u></b> <b>Nome:</b> Caio Clessios Mão <b>Cargo:</b> Assessor Técnico <b>CPF/MF nº</b> 424.922.222-73 <b>Assinatura:</b> _____
<b><u>CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:</u></b> <b>Nome:</b> Maria Regina Bando da Silva <b>Cargo:</b> Pregoeira/Agente de Contratação <b>CPF/MF nº</b> 184.334.198-03 <b>Assinatura:</b> _____	<b><u>AUXILIAR DO PREGOEIRO NA SESSÃO PÚBLICA:</u></b> <b>Nome:</b> Aline Alves de Oliveira <b>Cargo:</b> Equipe de Apoio/Agente de Contratação <b>CPF/MF nº</b> 303.859.728-73 <b>Assinatura:</b> _____

**VISTO DO JURIDICO:**